
O FASCISMO AINDA MORA CÁ DENTRO? O teatro-jornal e o discurso da austeridade

Inês Barbosa*

Resumo: Este artigo discute as medidas de austeridade, em Portugal, no contexto da «crise», analisando criticamente o discurso fabricado e difundido em torno das mesmas como «verdades indiscutíveis». Baseia-se numa experiência ativista de construção de uma peça de teatro-jornal «Troca o Salazar pela Troika», desenvolvida pelo Núcleo de Teatro do Oprimido (NTO) de Braga, em 2012, no âmbito das celebrações do 25 de Abril e das mobilizações sociais contra a austeridade. Implicando a recolha e a análise de discursos políticos, notícias e dados de um grupo de discussão focalizada, os resultados evidenciam paralelismos entre o discurso atual da austeridade e o que enformou o salazarismo. Na linha de uma investigação social e politicamente comprometida, o artigo sublinha a importância do teatro-jornal enquanto ferramenta de ação coletiva e educação crítica, enunciando outras formas de participação social, cívica e política.

Palavras-chave: austeridade; salazarismo; teatro-jornal; análise crítica do discurso; participação

DOES FASCISM STILL LIVE INSIDE? THE NEWSPAPER THEATRE AND THE DISCOURSE OF AUSTRITY

Abstract: This paper discusses the austerity policies in Portugal in the context of «crisis», critically analysing the discourse produced and spread around them as «unquestionable truths». Based on an activist experience of building a newspaper theatre piece «Exchange Salazar by Troika», developed by the Group of Theatre of the Oppressed (NTO) of Braga in 2012, as part of the celebrations of April 25 and other social mobilization against austerity. Involving the collection and analysis of political speeches, news and data from a focus group discussion, the results show parallels between the current discourse of austerity and the one which has informed salazarism. In line with a socially and politically committed research, the article stresses the importance of newspaper-theatre as a tool for collective action and critical education, setting out other forms of social participation, civic and political.

Keywords: austerity, salazarism, newspaper theatre, critical discourse analysis, participation

* Instituto da Educação da Universidade do Minho (Braga, Portugal).

EST-CE QUE LE FACISM VIVENT ENCORE ICI? LE THÉÂTRE-JOURNAL ET LE DISCOURS DE L'AUSTÉRITÉ

Résumé: Cet article discute les politiques d'austérité au Portugal dans le contexte de la «crise» économique, au travers d'une analyse critique de ses discours, fabriqués et répandus en tant que «vérités indiscutables». Le point de départ est une expérience activiste de mise-en-scène d'une pièce de théâtre-journal «Échange Salazar pour la Troïka», par le Núcleo de Teatro do Oprimido (NTO) de Braga en 2012 pour les célébrations de la Révolution des Œillets et autres mobilisations sociales contre l'austérité. Nous avons rassemblé et analysé des articles de presse, des discours politiques et des données d'un *focus group discussion*. Les résultats ont révélé des parallèles entre le discours actuel de l'austérité et celui qui donnait corps au salazarisme. Dans la lignée d'une investigation sociale et politiquement compromise, l'article souligne l'importance du théâtre-journal en tant qu'outil d'action collective et d'éducation critique, pour énoncer d'autres formes de participations sociales, civiques et politiques.

Mots-clés: austérité, salazarisme, théâtre-journal, analyse critique du discours, participation

Introdução

A população manteve-se essencialmente espectadora face à queda da cabeça do Estado; não pode deixar de tomar uma atitude activa quando se trata de tirar o fascismo das cabeças.

(Gavi, Sartre, & Victor, 1975: 4)

Encontrámos esta observação no prefácio de um livro escrito a três mãos – Gavi, Sartre e Victor – que começa por saudar a revolução portuguesa, ocorrida meses antes. Derrubada a ditadura, escreviam eles, era necessário fazer uma «caça ao medo» expulsando o fascismo das cabeças, num processo que denominavam de «revolução ideológica» (Gavi et al., 1975: 4).

Referiam-se aos 48 anos de ditadura¹: o mais longo regime autoritário da Europa Ocidental do século XX, chefiado por Oliveira Salazar. Vários fatores explicam a sua durabilidade: uma violência «preventiva, intimidatória, desmobilizadora» combinada com uma «violência repressiva, punitiva»; controlo político das Forças Armadas; cumplicidade política e ideológica da Igreja Católica; organização corporativa, assegurando a «disciplina» e o enquadramento «ordeiro» no mundo do trabalho; complexo aparelho ideológico garantindo a inculcação autoritária desses valores nas várias esferas (família, trabalho, escola, lazer...) (Rosas, 2012: 188-189).

Conseguindo criar a aparência de um «fascismo que nunca existiu» (Lourenço, 1976) – dissimulado ou invisível – Salazar assumia a figura de um chefe austero, «severo, mas paternal»,

¹ À ditadura militar, imposta entre 1926 e 1933, seguiu-se o período de Estado Novo, de 1933 a 1974. Salazar esteve no poder até 1968, altura em que é substituído por Marcello Caetano, por razões de saúde.

cujo «carisma» residia no «discurso do rigor», sua grande arma política, com a qual garantiu «sobrevivência» e «respeitabilidade» dentro e fora do país (Torgal, 2010: 399). O elogio da pobreza e do sacrifício, a exaltação da vida feliz no campo, o «viver habitualmente» e, de um modo geral, «as verdades indiscutíveis»² asseguravam a «ordem nas ruas e nos espíritos»: «manda quem pode, obedece quem deve» (Rosas, 1994: 291). Fechado sobre si mesmo – «orgulhosamente sós» –; corroído pela «obstinação colonialista» (Lucena, 2002: 11), pelas pressões externas, pela intensa emigração e por um povo coartado nas suas liberdades e submetido ao poder pelo medo, censura e repressão, o país apresentava, em 1974, índices muito baixos de desenvolvimento económico, social e cultural (Santos, 2011).

A 25 de abril de 1974 é derrubado o regime autoritário e proclamada a liberdade. Segue-se um período «tenso, denso e quente», de «aceleração e explosão democrática»³: o denominado PREC – Período Revolucionário em Curso –, que durou quase dois anos, invertendo «poderes políticos e sociais» (Barreto, 2005) e quebrando «quase meio século de anestesia cívica» (Reis, 1992: 7). Libertaram-se presos políticos, os exilados regressaram, deu-se início ao processo de descolonização, extinguiu-se a censura e a polícia política (PIDE/DGS), legalizaram-se partidos e sindicatos; recuperaram-se direitos de reunião, associação, greve e manifestação; ocuparam-se terras, fábricas e casas abandonadas, criaram-se comissões de moradores e de trabalhadores, organizaram-se projetos educativos e comunitários autogestionados (Rosas, 2014), incluindo o «ensaio autogestionário das escolas» (Lima, 2000).

A nova Constituição da República Portuguesa, de «cariz socialista», concebida em abril de 1976 e ainda em vigor⁴, traduzia essa «transformação revolucionária» que pretendia restituir «aos portugueses os direitos e liberdades fundamentais», nomeadamente: criação de um sistema de segurança social de proteção na velhice, doença ou desemprego; serviço nacional de saúde e sistema público de ensino universais e gratuitos; direito à habitação; direito ao trabalho, inserido numa política de pleno emprego; subordinação do poder económico ao poder político ou aprofundamento da democracia participativa (INCM, 1976).

Gradualmente, porém, o fervor revolucionário foi sendo contido. A revolução «foi travada a meio caminho e perdeu boa parte das suas conquistas mais avançadas na contrarrevolução mansa que se estabeleceu com a “normalização democrática”» (Rosas, 2014: 11). No entanto,

² A expressão refere-se a um célebre discurso de Salazar em Braga (28.05.36), durante as comemorações do 10º aniversário da revolução nacional.

³ Expressões de José Alberto Correia e Licínio Lima, respetivamente, proferidas durante a mesa-redonda «Educação, democracia e (des)igualdades», no âmbito do ciclo de debates sobre os 40 anos de Abril, organizado pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho (08.05.14).

⁴ Tem havido sucessivas revisões à constituição (em particular a de 1982), cujos propósitos incidem na sua neutralização ideológica (Moreira, 1992; Loff, 2014).

Barreto (2005) fazia no princípio do século um balanço assaz otimista das rápidas e dramáticas mudanças vividas na sociedade portuguesa no pós 25 de Abril: transformação de um país «tradicionalmente de emigração» num país de imigração; crescimento vigoroso da natalidade e da população ativa; taxas baixas de desemprego e aumento da regulação laboral; generalização da proteção social e dos sistemas de saúde e educação públicas. Apesar de alguns «desequilíbrios» e «insuficiências», o último quartel do século XX foi «um período de aumento progressivo e quase constante de bem-estar coletivo e individual» (Barreto, 2005: 162).

Era então difícil prever o que viria a suceder poucos anos depois. Desde o início da crise global, em 2008, e o lançamento, em Portugal, em 2011, do programa de assistência financeira acordado com a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, as medidas de austeridade transformaram profundamente esse panorama. O país, «tradicionalmente de emigração», voltou a sê-lo, tendo saído do país cerca de 300 mil pessoas nos últimos três anos (Faria, 2014), verificou-se uma generalização da desregulação laboral e o aumento das taxas de desemprego, atingindo, segundo dados oficiais, 14,1%⁵, em geral, e 34,5% no caso do desemprego juvenil; são de destacar também as graves consequências nas áreas da educação, saúde e trabalho denunciadas por relatórios nacionais e internacionais⁶.

Importa compreender como é que uma «ideia perigosa» como a da austeridade, um «pacto suicida» ou um «desastre», como a classificaram os economistas Mark Blyth e Paul Krugman, avançou e perdura em Portugal e noutros países do Sul da Europa⁷. Na viragem dos 40 anos da revolução, e retomando os comentários iniciais, pretendemos debater as seguintes questões: quem, porquê e como se fabricam os discursos da crise e da austeridade? De que forma têm eles penetrado na vida quotidiana? Como se materializam no plano concreto? Temos sido espectadores ou atores perante as transformações sociais e políticas dos últimos anos? Será ainda hoje necessário fazer uma «caça ao medo» e expulsar o «fascismo das cabeças»?

1. Posicionamento epistemológico e metodológico

Além da inscrição disciplinar, o que é mais distintivo de um trabalho de investigação social e politicamente comprometido é um posicionamento epistemológico e metodológico que implique a mudança de um registo da adaptabilidade para um registo da ação e da comunicação (Correia,

⁵ O Observatório das Crises e Alternativas aponta para quase o dobro do desemprego real: 29%.

⁶ Organização Mundial do Trabalho; Indicadores de Sustentabilidade Governativa; Observatório Europeu das Políticas e Sistemas de Saúde; Observatório Português dos Sistemas de Saúde; etc.

⁷ Paul Krugman foi Nobel da Economia em 2008 e tem denunciado as consequências da austeridade em várias declarações públicas; Mark Blyth é professor de economia política e é o autor do livro *Austeridade: História de uma Ideia Perigosa*.

1996). O conhecimento assim produzido aspira tornar-se um «conhecimento-emancipação», não no sentido de uma «grande teoria», mas de uma «uma teoria da tradução que sirva de suporte epistemológico às práticas emancipatórias» (Santos, 2000: 30).

A análise e reflexão, que este artigo apresenta, baseiam-se em trabalhos teóricos críticos sobre o tema e têm como fonte de dados empíricos uma experiência de construção de uma peça de teatro-jornal «Troca o Salazar pela Troika», desenvolvida pelo Núcleo de Teatro do Oprimido (NTO) de Braga, em 2012. Mobiliza notícias e discursos políticos recolhidos durante a pesquisa que originou a peça e outro material mais recente, assim como dados produzidos num grupo de discussão focalizada realizado, com cinco membros, em fevereiro de 2014.

A análise crítica do discurso (Van Dijk, 2009; Wodak & Meyer, 2009) vê-o como uma prática social, implicando uma relação dialética entre o evento discursivo e as situações, instituições ou estruturas sociais que a envolvem. O evento discursivo é moldado por elas, mas também as molda. Nesse sentido, ajuda a compreender como as estruturas discursivas decretam, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam relações de poder. O *poder* é uma das suas noções centrais, definida em termos de maior ou menor controlo dos grupos sociais dominantes sobre os atos e mentes dos grupos dominados. Como refere Bourdieu (1989), todas as trocas linguísticas e de comunicação são relações de poder simbólico, entendido este como «o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo» (1989: 14).

Pretende-se, pois, compreender: como têm sido fabricados, difundidos e interiorizados os discursos dominantes sobre a crise e a austeridade; de que forma têm sido influenciados por uma «cultura do medo»; que semelhanças apresentam com a estratégica discursiva de Salazar da «verdade indiscutível». Além de se refletir sobre o fatalismo e a resignação gerados por estes discursos, abordam-se as potencialidades do teatro-jornal enquanto processo de análise e desconstrução dos mesmos, enquadrando-o numa perspetiva de investigação ativista. A «alfabetização crítica dos media» (Kellner & Share, 2008) pressupõe uma compreensão da ideologia, do poder e dominação que desafia a aparente neutralidade do fazer educativo. Como refere Giroux (1983), desmascarar as mensagens reveladas no senso comum, identificando os interesses que as estruturam e interrogando os seus objetivos e funções sociais, é um dos propósitos de uma educação participativa e crítica.

Rejeitando a convencional ideia de objetividade atribuída à produção científica, mas mantendo uma atitude vigilante e autorreflexiva (Van Dijk, 2009; Wodak & Meyer, 2009), este trabalho inscreve-se numa perspetiva de «investigação radical» (Schostak & Schostak, 2008). Como os dados empíricos foram produzidos coletivamente pelo grupo ativista do NTO, é no plural que são apresentados, sendo a tónica posta nas ações concretas que os geraram, através da «análise narrativa» (Becker, 1992).

2. Teatro-jornal, embrião do Teatro do Oprimido

O Teatro do Oprimido (TO) é uma abordagem teatral de intervenção política, educativa, cultural e social criada pelo dramaturgo Augusto Boal no início dos anos 1970, no contexto da ditadura brasileira, e desenvolvida em países da América Latina e na Europa, ao longo de mais de duas décadas.

Tendo como principais inspirações teóricas Marx, Brecht e Freire, Augusto Boal construiu uma metodologia que procura democratizar os meios de produção teatral e política, colocando-os ao alcance de todos os que se veem implicados na luta pela transformação social. Derrubando o muro que separa atores e espectadores, derrubava também o muro que separa sujeitos passivos/consumidores dos cidadãos ativos/produtores de mudanças na sociedade. Partindo dos jogos e exercícios teatrais, das diferentes técnicas e do diálogo constante e crítico, pretende evidenciar e analisar os mecanismos de opressão e as estruturas de poder existentes, com o objetivo de as transformar.

Limitado pela ditadura que se instalou em 1964, o dramaturgo e os seus companheiros viram-se na necessidade de encontrar novas estratégias de, por um lado, fintar a censura e a repressão e, por outro, aproximar o povo do teatro, contribuindo não só para a reflexão acerca das situações de opressão, mas também para a transformação das suas condições. É nessa altura que se dão as primeiras experiências de teatro-jornal⁸, baseadas numa ideia que havia tido com Vianna Filho (Boal, 2014: 311), mas que nunca tinha sido realizada: a construção de espetáculos teatrais, a partir de notícias de jornais. Como só usava material já examinado pelos censores, o grupo livrava-se de restrições ou proibições. Foram desenvolvidos 12 exercícios que permitiam analisar não só notícias, mas também publicidade, manuais escolares, discursos políticos, atas, etc. (Boal, 1977).

A estratégia passava por mobilizar pedagogicamente a plateia para a disseminação da técnica, através da sua transferência e da popularização das regras do jogo teatral (Lima, 2015: 85): ao mesmo tempo que se apresentava a peça, transmitiam-se e explicavam-se os exercícios à audiência, motivando os espectadores-participantes a dar continuidade ao que tinham observado. «Você tem algum problema? Não discuta, encene. Forme o seu grupo de teatro jornal. Já existem 17. Nós ajudamos», «Teatro-jornal também pode ser usado como processo pedagógico. Não tem contra-indicações! Experimente você mesmo» eram alguns dos *slogans* escritos nos cartazes (Lima, 2014: 119). Depois de alguns meses de apresentações «clandestinas e oficiais», estavam criadas dezenas de grupos de teatro-jornal em vários contextos.

⁸ Embora seja difícil encontrar referências às experiências que influenciaram Augusto Boal na criação do teatro-jornal, podemos encontrar práticas similares no *living newspaper* (EUA) ou no jornal vivo (Rússia, Alemanha, Roménia...).

A experiência durou pouco. Em 1971, Boal é preso, torturado e parte em exílio (Boal, 2014). Quatro anos mais tarde, o dramaturgo sistematiza as aprendizagens desse período no livro *Técnicas Latino-Americanas de Teatro Popular*, apresentando quatro categorias de teatro popular, entre as quais o «teatro-jornal», pretendendo que o povo não fosse mero «inspirador ou consumidor», mas também criador (Boal, 1977: 51-52). Como explica,

o jornalismo é uma arte (...) E como toda a arte, é político. E como arte política, é uma arma. E como arma, é utilizado em favor de uns e contra outros. E como propriedade privada é utilizado pelos proprietários, pela burguesia, pelas classes dominantes em geral, contra as classes dominadas, com o objetivo único de perpetuar o domínio. (pp. 56-57)

O teatro-jornal era assim regido por três objetivos: devolução dos meios de produção teatral ao povo; desmistificação da suposta «objetividade» do jornal; ampliação dos atores, espaços e temas teatrais – todos podem fazer teatro, em qualquer lugar e com qualquer tema. Qualquer artigo publicado num jornal seria uma «obra de ficção ao serviço da classe dominante» (Boal, 1977: 53): diagramação, compaginação, seleção e omissões; linguagem utilizada; temas introduzidos. Seriam tudo estratégias que era necessário desconstruir, desocultando formas de manipulação e censura. Tendo surgido da experimentação, por parte de artistas e militantes, de novas formas coletivas, participativas e horizontais do fazer teatral (Lima, 2014, 2015), o teatro-jornal pretende gerar uma interpelação fecunda entre o trabalho criativo e a pesquisa.

3. «Troca o Salazar pela Troika»: um processo coletivo de criação

Quando em 2012 o NTO foi convidado pela associação Civitas para criar e apresentar uma peça de teatro que integrasse as comemorações do 25 de Abril, o grupo era constituído por oito elementos: com idades compreendidas entre os 21 e os 36 anos; estudantes ou trabalhadores nas áreas artísticas ou nas ciências sociais e humanas; com habilitações académicas entre o 12º ano e o doutoramento; sem nenhum vínculo partidário e com experiências ativistas e associativas diferenciadas. Coincidindo temporalmente com o convite, um membro do NTO participou numa oficina de curta-duração sobre teatro-jornal, em Barcelona, orientada por Roberto Mazzini, no *Forn de Teatre de Pa`tothom*, e partilhou a experiência com os restantes membros. O grupo de participantes da oficina era constituído por portugueses, espanhóis e italianos, todos oriundos de estados sujeitos a «programas de ajustamento estrutural». Lendo e analisando as notícias de jornais desses países, constatou-se que eram extraordinariamente semelhantes: a palavra crise repetida exaustivamente, a retórica do bom aluno e da credibilidade perante os credores externos, a inevitabilidade do pagamento da dívida ou o apelo ao sacrifício

e à responsabilidade individual. Daí surgiu a proposta de construir a peça sobre o 25 de Abril utilizando as técnicas de teatro-jornal. O objetivo era evidenciar de que forma as conquistas da revolução e garantidas na Constituição da República Portuguesa estavam a ser dissolvidas no contexto da crise e austeridade. Recolheram-se jornais e testaram-se as diferentes técnicas, num processo de criação experimental e coletivo. À medida que se analisavam as notícias e construíam as cenas, observavam-se analogias entre o atual «discurso da austeridade» e o discurso que alimentara o espírito salazarista. Foram também recolhidos discursos políticos, *slogans* publicitários, um manual escolar de História e ainda uma notícia de 1969 – «Contestar menos, compreender mais» – e recorreu-se, ainda, ao texto da Constituição da República Portuguesa.

A prática com teatro-jornal revelou-se uma importante experiência de aprendizagem individual e coletiva, como dão conta as palavras dos participantes do grupo de discussão focalizada: «houve uma imensa construção, foi crescendo e foi surgindo isto e aquilo, de repente e fomos encaixando tudo»; «desconstruir é com várias cabeças a ler a mesma notícia. Não é só desconstruíres tu, é um conjunto de visões, que é mais rico»; «falámos de assuntos sérios, de uma forma cómica e as pessoas refletiram connosco». E salientam o «poder da intervenção da rua»: a «rua tem esse poder, é visceral a distância, está ali tudo ao teu lado». Não se limitando a esta experiência⁹, mas tendo sido despoletada por ela, a narrativa e a discussão apresentadas de seguida exploram a hipótese de que em Portugal o discurso da austeridade encontrou um terreno propício para se difundir e implantar devido a quase meio século de salazarismo.

O título da peça «Troca o Salazar pela Troika» refere-se ao discurso da austeridade em diferentes tempos: na época salazarista e na época atual, traçando os seus paralelismos. Com a duração de 45 minutos, reúne um conjunto de cenas satíricas sobre a situação portuguesa desde a intervenção da Troika, cujo texto se baseia fundamentalmente em notícias e discursos publicados. Há: uma cozinheira que prepara a «Receita da Austeridade» salientando a necessidade de sacrifícios e cortes; um anúncio publicitário em que se troca o tradicional rapa-tacho (salazar) por um equipamento mais moderno e apetrechado (troika); a estreia do filme de terror «Princesa Lusitânia e do Monstro da Crise»; anúncios sobre a venda de ouro e os créditos bancários; uma aula incompreensível de «economês»; um alquimista – Coelho – anunciando os «dias difíceis» e «o bom caminho» que se está a percorrer¹⁰; o professor Troika e os seus obedientes alunos; ou um apelo ao «bom senso» convocando-se uma «greve às greves».

⁹ Sobretudo durante o período de 2012-2013, o grupo protagonizou intervenções de rua em praticamente todas as manifestações e greves convocadas.

¹⁰ Trocadilho entre o escritor Paulo Coelho e o primeiro-ministro Passos Coelho.

A peça de teatro-jornal foi apresentada em Braga, pela primeira vez, durante as celebrações do 25 de Abril, em 2012 e, mais tarde, durante a manifestação cultural organizada pela plataforma «Que se lixe a Troika», que ocorreu por todo o país, no dia 13 de outubro do mesmo ano.

4. As «verdades indiscutíveis»: paralelismos entre o discurso salazarista e o discurso atual da austeridade

Foi precisamente em Braga, em 1936, que Salazar proferiu um dos seus mais populares discursos: as «grandes certezas» ou «verdades indiscutíveis». Nele indicava aqueles que seriam os pilares do regime sobre os quais se construiria «a paz, a ordem, a união dos portugueses» (Salazar, 1946: 130) e sobre os quais não discutia: *não discutimos Deus, não discutimos a família, a pátria, a autoridade, o trabalho*. Trinta anos depois, na mesma cidade, naquele que foi o seu «último grande discurso», reforçava: «Tudo está em crise ou é sujeito a crítica». «Os espíritos mais puros inquietam-se, perturbam-se, não sabem como orientar-se (...). O espírito humano precisa de aderir à verdade, precisa de certezas para se orientar e agir» (Torgal, 2010: 417).

Os termos «crise» ou «crises» – em seus vários sentidos – estiveram omnipresentes nos discursos de Salazar, funcionando como justificação para as suas posições nos planos financeiro, económico, social ou político. «Falava das “crises” como se estivesse nelas e fora delas, ou como se as conseguisse superar» (Torgal, 2010: 416-417). Numa altura em que essas palavras correm o risco de se tornar «sedutoras», em que se «volta a erguer a ideia de austeridade» e de «sacrifício pela “causa nacional”», faz sentido desocultar o significado desses termos que se vão repetindo no tempo, não numa «concepção de “história circular”», mas pelo sentido de espiral que constitui o movimento da História» (Torgal, 2010: 419).

Utilizando notícias publicadas entre 2011 e 2015¹¹ e discursos proferidos pelo Presidente da República nas celebrações do 10 de Junho e do 25 de Abril, nos últimos quatro anos, pretende-se compreender o modo como os discursos sobre a austeridade, em Portugal, têm sido construídos de forma a aproveitar os «lugares-comuns da identidade portuguesa», aquilo que se diz serem características típicas dos portugueses. Se, durante o regime ditatorial, «o discurso do rigor», «a imagem da verdade», o apelo ao «esforço de salvação nacional» e de «sacrifício pela pátria», a «pobreza honrada», o valor das «contas justas», «o ânimo sofredor», «a preguiça» e a «falta de persistência» próprias dos portugueses eram algumas das estratégias discursivas utilizadas para legitimar a imposição da disciplina e da «ordem» e garantir os «brandos costumes» (Menendez,

¹¹ Para além das notícias incluídas na peça de teatro-jornal, o critério de recolha das notícias deu-se pelo seu impacto mediático.

2007; Rosas, 1994, 2012; Torgal, 2010), no período de intervenção da Troika esse discurso parece ter sido reativado. Esses lugares-comuns têm assumido uma função de legitimação das políticas do governo ao apresentarem a austeridade como uma «verdade indiscutível».

Uma das ideias mais fortes é a da *responsabilidade*, publicando-se títulos como: «cada português deve 20 mil euros» ou «portugueses mais consumistas e cada vez menos poupados». O empresário Pinto Balsemão, pronunciando-se em relação ao acordo com a Troika, afirmava: «agora temos de ser bons alunos, temos de cumprir aquilo com que nos comprometemos, temos de arrumar a casa, como o faríamos em qualquer empresa ou na nossa família, se estivéssemos neste tipo de situação» (*Económico*, 02.12.11). E o Ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, advertia: «Portugal não pode ser um país de muitas cigarras e poucas formigas», é necessário praticar uma «pedagogia dos tempos difíceis» (*DN*, 23.09.12). Cavaco Silva salientava como os «portugueses», dando «provas de maturidade e sabedoria», se aperceberam «da dimensão da crise e da necessidade de mudança, adaptaram os seus hábitos de consumo, muitas vezes combatendo o despesismo e o desperdício» (10.06.12).

O apelo ao sacrifício emerge sob a forma de um renovado *patriotismo*:

a todos Deus conferiu um dom que, chegado o dia, será posto ao serviço para procurar o bem comum. Assim como os portugueses que «em tempo de crise e de emergência nacional» (...) «não têm regateado esforços para ultrapassar os problemas do país» (*DN*, 04.03.12),

declarações do então Ministro das Finanças, Vítor Gaspar. Num outro cabeçalho, lia-se: «Passos pede aos portugueses para participarem no “esforço nacional”». E também Cavaco Silva evocava a «união de esforços»: «nunca perdemos a esperança de recuperar a nossa soberania e de a defendermos com heroísmo e espírito de sacrifício» (10.06.13).

Vinculados ao patriotismo, os valores da *credibilidade* e da *honra* surgem como elementos fundamentais na justificação dos acordos com os credores externos. Declarações do primeiro-ministro em cabeçalho afirmavam: «Se Portugal cumprir as metas, poderá recuperar a credibilidade» (*Jornal de Negócios*, 10.12.12). Meses depois da saída oficial da Troika, Cavaco Silva congratulava-se: «Mostrámos ao Mundo que Portugal é um país credível, que os Portugueses são um povo que cumpre a palavra dada» (10.06.14). Ou, mais recentemente, «Passos “vende” aos japoneses um país que honra os compromissos» (*RR*, 15.03.15). Essa obediência e o bom comportamento são valorizados sob a forma de *recompensa*: «Passos Coelho já esperava por boa nota da Troika», «Portugal deve ser premiado por ser um “país cumpridor”».

Sobre o *rigor*, Cavaco Silva afirmava: «na vida pública portuguesa vê-se com preocupante frequência serem postos em causa valores essenciais, como o rigor e a seriedade» (25.04.14). Num discurso polémico e com bastante repercussão mediática, Passos Coelho apelava «aos

portugueses para serem “mais exigentes”, “menos complacentes” e “menos piegas” porque só assim será possível ganhar credibilidade e criar condições para superar a crise. (...) “hoje, mais do que nunca”, é preciso “enfatizar a relevância” de os portugueses serem “totalmente exigentes e nada complacentes com a facilidade”, apelando à «transformação de velhas estruturas e velhos comportamentos muito preguiçosos ou, às vezes, demasiado autocentrados». E Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, lamentava não ter sido possível «conciliar a democratização do ensino com a exigência e a qualidade», recordando que, antes do 25 de Abril, «apesar de algumas liberdades cortadas, havia na escola uma cultura de mérito, exigência, rigor, disciplina e trabalho».

O rigor e a disciplina surgem associados à ideia de *ordem*. Horas depois de um dos vários protestos, que ocorreram entre 2011 e 2013, Cavaco Silva afirmava ter «confiança na maturidade cívica dos portugueses que compreenderam a gravidade da situação do país e estão dispostos a mudar de rumo, com realismo e sentido patriótico». Miguel Macedo retratava os distúrbios em frente ao parlamento de Lisboa, como causados por «meia dúzia de profissionais da desordem» e Pacheco Pereira afirmava que se tratavam de «grupos radicais trotskistas e anarquistas» (*Público*, 15.11.12). Questionado sobre se os protestos recorrentes eram «representativos do sentimento popular», Passos Coelho respondia: «não são comportamentos representativos da nossa experiência democrática ou do que tem sido até hoje o comportamento dos portugueses, que tem sido quase sempre exemplar e maduro, atendendo às grandes dificuldades» (TVI, 22.03.13). A ideia do país de «brandos costumes» é aproveitada na memória que se constrói acerca do período revolucionário de 1974-1975. Nos discursos analisados, por três vezes Cavaco se refere à revolução feita «sem sangue, nem violência» e, num deles, saúda o facto de naquela época o «bom senso» ter prevalecido «sobre o aventurismo» e o «sentido de responsabilidade» ter sido «mais forte que as tentações extremistas» (25.04.2012).

Embora nesta análise estejam omissos alguns aspetos importantes para apreensão do sentido mais completo das notícias, como lugar e dimensão que ocupam na página, existência ou não de fotografia a acompanhá-la, tempo de antena (no caso de declarações para a televisão ou rádio) ou intensidade dramática das declarações, os exemplos são ilustrativos do tipo de pensamento que se tem vindo a gerar e a difundir sobre a crise e suas razões. Em grande medida, o que se propaga através destes discursos – aquilo que se quer que seja pensado – é que: o povo português é o principal (se não, único) responsável pela dívida pública do país e, conseqüentemente, pela crise, cabendo a cada um dos portugueses aceitar os sacrifícios impostos; a dívida deve ser paga – inevitavelmente – por uma questão de honra e credibilidade e em nome de um retomado patriotismo; a austeridade é o único caminho possível para a recuperação da economia; e todas as transformações decorrentes dessas políticas devem ser acatadas dentro da ordem, com «maturidade cívica» e serenidade.

Remetendo constantemente para «os portugueses», esses discursos utilizam as narrativas que foram construídas sobre a identidade nacional, «essa singularidade que nos distingue dos outros povos do mundo (...), esse modo único de ser português», como dizia Cavaco Silva, num dos discursos do 10 de Junho. No entender de André Barata (2012), nos últimos anos temos assistido a uma «reemergente mobilização do complexo identitário português» que pode estar na base de «uma legitimação, como necessidade redentora, da aplicação sobre os portugueses de políticas e medidas de dureza acrescida». Nesse sentido, o autor denuncia «o poder manipulatório que as elites dispõem a propósito dessas construções» (Barata, 2012: 20-21). Miguel Cardina (2012) fala mesmo na necessidade de se «desportugalizar». Se, no pós 25 de Abril, «o repúdio pelo legado do Estado Novo e o processo de integração europeia contribuíram decisivamente para que o discurso nacionalista mingua-se no espaço público», o poder do centro franco-alemão e a intervenção externa europeia – por parte de entidades não eleitas – têm acentuado a ideia de «uma necessária libertação do país de uma espécie de novo jugo colonial». Segundo este autor, a colonização das mentes ocorre através da «imagem arquetípica de um “país-problema”, patente, por exemplo, nas reiteradas “lamentações” dos responsáveis políticos sobre as “incapacidades inatas dos portugueses (para controlar o déficit”, para cederem ao ímpeto do lazer, para honrar a fiscalidade...)).

Outra estratégia é visível na articulação entre aquilo que são as orientações e decisões nacionais e a vida quotidiana: as famílias que «gastaram demais», sermos «bons alunos», não sermos «piegas», «arrumar a casa, como o faríamos em qualquer empresa ou na nossa família». Particularizando uma situação que é geral, a tónica é colocada na responsabilização individual. Vale a pena recordar o discurso de Salazar, reproduzido no artigo de Menendez (2007: 6):

Quando vejo a vida em crise, a riqueza em crise, a moral em crise: e depois volto os olhos para a nossa casa sem dúvida modesta mas tranquila, arrumada e digna, sinto que muitas graças devemos todos à Revolução nacional.

O uso da repetição é outra estratégia, criando inteiramente «de forma artificial, a partir apenas desse mecanismo, um sentimento de evidência. O que nos parece estranho e sem fundamento à primeira vista – porque não argumentado – acaba por parecer aceitável, depois normal, no decorrer das repetições» (Breton, 1999: 79). Nos textos analisados há palavras que são constantemente repetidas: *sacrifícios, dificuldades, esforço, desafios, consenso, responsabilidade, bom senso, credibilidade*. No discurso de 10 de junho de 2014, Cavaco Silva invoca 19 vezes a palavra «esperança» para se referir ao que denominou período pós-troika. E Passos Coelho, ao longo destes últimos anos, tem frisado repetidamente estarmos no «bom caminho», numa espécie de renovação *orwelliana* do «guerra é paz».

A carga emocional colocada nos discursos constitui outra estratégia. Em particular no período mais agudo da crise – 2012, 2013 –, os cabeçalhos de notícias davam conta de títulos como: *crise*

*já chegou aos arrumadores; 60 mil recebem o rendimento mínimo e não fazem palha; crise está a provocar consumos de desespero de droga; nem dinheiro têm para água; populares apanham homem que furtava esmolas da igreja; em momentos de crise é notória a aproximação à fé católica; crise já chegou à dança do varão*¹² – alguns dos jornais tinham inclusive um separador específico sobre «a crise». O teor religioso de algumas declarações políticas é também de realçar. Para além das afirmações de Vítor Gaspar sobre o «dom de Deus» e o «bem comum», também Cavaco Silva invocava São Jorge para pedir um futuro melhor e contava a reação da esposa sobre a notícia da avaliação da Troika, no dia 13 de maio: «isto é com certeza influência de Nossa Senhora de Fátima, porque hoje é dia 13» (DN, 15.05.13). Ao mesmo tempo, procede-se à «naturalização do real», termos como a crise, falências ou desemprego surgem nos discursos políticos enquanto «catástrofe natural» ou «flagelo», no domínio de uma «descrição do tipo meteorológico», de algo que «vai e vem», isentando de responsabilidade quem os profere. (Breton, 1999: 90-91).

O simplismo redutor e demagógico que o discurso da austeridade exprime – tal como o do salazarismo – possui assim o efeito de «fornecer certezas claras e incontroversas que legitimem e facilitem o direito de mandar e anulem e ilegitimem a veleidade de resistir.» (Rosas, 1994: 291). A hipótese que aqui colocamos é de que as representações subjetivas que derivam desses discursos, conjugadas com as condições objetivas da maioria dos portugueses (desemprego, desproteção social, etc.), têm contribuído para a criação de uma atmosfera de medo e desmobilização cívica que conduz à deterioração da democracia.

5. O monstro da crise e a fabricação do medo: democracia em suspenso

Quando, em 2008, Manuela Ferreira Leite, na altura líder do PSD, sugeria um intervalo na democracia – «seis meses sem democracia, mete-se tudo na ordem e depois, então, venha a democracia» (JN, 19.11.08) –, muitas foram as vozes que se fizeram ouvir, criticando-a justamente. Alguns anos depois, porém, a democracia parece ter entrado realmente em suspenso, expressando-se de diferentes formas: fragilização dos direitos de manifestação e de greve, ausência ou empobrecimento de espaço público, redução da participação cívica e política ou desproteção social e económica que não garante os mais básicos direitos de cidadania.

Para Casimiro Ferreira, autor de *Sociedade de Austeridade*, estamos perante «um processo de implementação de políticas e de medidas económicas que conduzem à disciplina, ao rigor

¹² Cabeçalhos utilizados na cena do Monstro da Crise.

e à contenção económica, social e cultural», apresentado como «inevitável» (Ferreira, 2012: 11). Sendo o campo laboral um dos principais alvos das transformações sociais dos últimos anos – com a «descoletivização, informalização, individualização e remercantilização do trabalho» a tornarem-se fenómenos instituídos (Costa, Dias, & Soeiro, 2014: 190) –, o que estará em causa é «um projeto político-ideológico de reconfiguração do mundo do trabalho» (Ferreira, 2012: 124). Trata-se de uma «escolha deliberada e política» que se impôs através de uma «intensa tentativa de demonstração de que esta é a solução única, obrigatória e incontornável» (OCA, 2013: 7).

O campo educativo tem sido igualmente palco deste projeto político-ideológico. O discurso conservador, que reclama a qualidade e a exigência de uma escola elitista e meritocrática que existiu antes do 25 de Abril, tem alimentado algumas políticas educativas recentes que, em nome de padrões, metas e exames nacionais para todos os alunos desde os anos iniciais da escolaridade, conduziram à eliminação da «Formação Cívica» do currículo do ensino básico e à inclusão de matérias como a «educação financeira» e a «educação para o consumo».

Este discurso é ampliado pelos meios de comunicação de massa, ao empregarem mecanismos de simplificação demagógica. Bourdieu (1998: 58-61) salienta o seu «efeito global de despolitização», «de desencantamento com a política» e de «desengajamento fatalista favorável à manutenção da ordem estabelecida». O «austeritarismo» tem vindo a prosperar num «espaço público empobrecido, destituído de antagonismos» (Monteiro, 2011: 198) e a imprensa assume-se como «caixa de ressonância dos posicionamentos que veiculam a visão dominante» sobre as «representações da crise» (Cunha, 2012: 1142). Se, durante o governo de Salazar, o espaço público foi «reduzido, mutilado, até acabar por desaparecer sob os golpes da censura», hoje o problema mantém-se noutros moldes: «não há debate público», «muitos dos políticos são também comentadores, fazem o discurso e o metadiscurso», cuja função do discurso político é «legitimar políticas ou projetos políticos e o metadiscurso confirmar essas legitimações» (Gil, 2005: 25-26).

O modo como os discursos sobre a crise e austeridade têm sido disseminados aponta para formas de dominação e violência simbólica (Soeiro, Cardina, & Serra, 2011), «numa lógica de coação moralista» (OCA, 2013: 64) e punitiva em relação aos indivíduos que são chamados à responsabilidade pelos erros cometidos e, como tal, sujeitos aos sacrifícios e privações necessárias (Ferreira, 2012). Amparados pela fabricação do medo – do desemprego, falências, doença, emigração ou imigração –, estes discursos convertem-se em poderosos veículos de transmissão ideológica. Se o «medo predispõe à obediência», preparando «implacavelmente o terreno para a lei repressiva se exercer» (Gil, 2005: 85), este torna-se «instrumental para prossecução dos interesses dos que procuram uma intensificação do controlo social e de uma legitimação da desigual distribuição do poder e do bem-estar» (Ferreira, 2012: 55). A «essência do salazarismo» residia na «omnipresença difusa do medo, da intimidação, da desmobilização

cívica». Através da repressão e do terror, foi possível criar «sistemas de consenso», visando instalar um «clima geral de acatamento e submissão: a política devia deixar-se para quem podia mandar, e a política dos que obedeciam era o trabalho» (Rosas, 2012: 200-203).

Ainda que atualmente, em Portugal, não exista um impedimento legal para o exercício dos direitos de participação política e cívica, vivem-se «tempos difíceis para mobilizar a “arma da greve”» (Costa, Dias, & Soeiro, 2014: 173) e para estabelecer compromissos com grupos ou ações coletivas, em grande parte devido às condicionantes da reestruturação do mundo do trabalho. A precariedade, enquanto «modo de dominação do tipo novo», produtora de uma sensação permanente de insegurança (objetiva e subjetiva) impossibilita esse «mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo colectivamente» (Bourdieu, 1998: 72). Para Manuel Loff (cit. in Faria, 2014: para. 9), a «total falta de esperança» é precisamente o «legado mais pesado da política da Troika»: «a sensação coletiva de aqui não vale a pena não encontra paralelo em nenhuma fase da história contemporânea portuguesa».

6. O fascismo ainda mora cá dentro?

As semelhanças aqui assinaladas entre as estratégias do austeritarismo e do salazarismo não pretendem negar as diferenças entre a ditadura e a democracia, ainda que esta, ao longo de quatro décadas, tenha passado por momentos de maior consolidação ou fragilização. Por exemplo, no período recente ocorreram várias manifestações e mobilizações de protesto, foram organizados debates e publicados trabalhos críticos, foi visível uma oposição variada às medidas de austeridade, quer no seio da sociedade civil quer nas lutas de partidos políticos, o que teria sido impossível no período da ditadura. No entanto, a expressão emancipatória de energias cívicas e políticas do 25 de Abril, em manifestações, assembleias, comissões de moradores e outros dinamismos associativos, populares e comunitários, foi dando lugar a um «encolhimento da cidadania» (Santos, 2000) que se agudizou no mais recente contexto de «crise» e «austeridade». Se tivermos em conta os elevados níveis de alienação e desconfiança em relação aos políticos e às organizações partidárias e, de um modo geral, face à democracia representativa, constatamos que as promessas e expectativas da revolução democrática e da Constituição têm vindo a ser esboroadas pelos poderes públicos crescentemente subjugados à racionalidade tecnocrática.

A hipótese explorada neste trabalho de que o discurso da austeridade encontrou um terreno propício para se difundir e implantar devido a quase meio século de salazarismo foi ganhando corpo ao longo do processo de criação e intervenção vivenciado pelo grupo do NTO. Tal não significa a «morte da política», pois nos últimos anos emergiram formas de participação que

escapam à categorização convencional, nas quais se inclui a criação do próprio NTO e a sua articulação com plataformas como o «Que se lixe a Troika» e em que a rua é palco privilegiado de protestos e de reivindicação da democracia. Contudo, se em 2012 – altura em que se construiu a peça «Troca o Salazar pela Troika» – a luta e a esperança ocupavam as ruas, hoje as praças já não se enchem de gente, a contestação esfriou e o desalento parece ser cada vez mais vivido isoladamente, em grande medida fruto do desemprego dos jovens e da aceitação da emigração como única saída. A *receita da austeridade* – preparada e conduzida sob diretrizes europeias – tem vingado; o *monstro da crise* – ainda que aparentemente mais adormecido – deixou sequelas difíceis de tratar. O *professor Troika* – embora tenha anunciado a sua saída – vai continuar bem presente. O medo parece ter ganho não só as cabeças, mas também os corpos dos portugueses.

Afirmar que o «fascismo ainda mora cá dentro» será talvez exagerado. É por não vivermos em fascismo que é possível escrevermos artigos como este, por exemplo. Estaremos porém confrontados com um «fascismo social» (Santos, 2011), pois ainda que aparentemente protegidos por direitos, não os podemos exercer, um fascismo que nos impede de protestar, porque temos medo. Se é necessário fazer uma «revolução ideológica», como diziam os três autores no início do artigo, também poderá parecer radical. O facto é que a ideologia neoliberal tem feito o seu caminho, em Portugal, como em vários outros países do mundo. E a austeridade – apresentada e interiorizada como «verdade indiscutível» – tem sido um canal de entrada privilegiado do neoliberalismo.

Face aos avanços de uma «ideologia do consenso» (Ferreira, 2005), a experiência de criação e apresentação da peça «Troca o Salazar pela Troika» assume particular relevância. Fundada num método dialético – por natureza, contraditório, conflitual, em movimento –, a ferramenta de teatro-jornal possibilitou a «leitura do mundo», através do exercício de codificação e descodificação. Nesse sentido, revelou-se particularmente útil para: analisar e desconstruir o discurso dominante; perceber de que forma é produzido e disseminado o pensamento de senso-comum; entender qual o lugar da ideologia nas várias esferas, que vão desde o quotidiano aos meios de comunicação social ou aos órgãos estatais. A leitura crítica do discurso da austeridade não foi feita de forma isolada, mas antes incorporada num processo coletivo de discussão e reflexão. Como um dos membros do grupo frisou: «desconstruir são várias cabeças a ler a mesma notícia».

O que o teatro-jornal permite – como aliás toda a filosofia do TO – é o ato de quebrar a divisão social da política que a uns dá o direito de «governar» e a outros a possibilidade de «seguir». A democracia pela qual se lutou não pode ser o privilégio da classe dominante; a liberdade conquistada não pode reduzir a possibilidade de se pensar divergente e desobedecer. Além da celebração do 25 de Abril, é necessário resgatar a memória do que foi o salazarismo, os seus silêncios e consensos. O combate faz-se assim em dois planos: a batalha pela memória, reivindicando-se hegemonia no processo de reconstrução do passado (Loff, 2014: 10); e a batalha

pelas representações da crise e da austeridade, numa disputa pela sua definição e interpretação (Santos, 2011; Soeiro, Cardina, & Serra, 2011). Contrariamente à ideia da inevitabilidade, das «verdades indiscutíveis» que conduzem ao fatalismo e à resignação, o que parece necessário é fazer, de facto, da «política o nosso trabalho».

Agradecimentos: *Este artigo foi escrito no âmbito de uma bolsa de doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, SFRH/BD/80689/2011.*

Correspondência:

Email: inesbarbosa83@gmail.com

Referências bibliográficas

- Barata, André (2012). A mobilização reemergente do complexo identitário português. In André Barata, António S. Pereira, & José R. Carvalheiro (Orgs.), *Representações da portugalidade* (pp. 93- 114). Lisboa: Caminho.
- Barreto, António (2005). Mudança social em Portugal, 1960-2000. In António Costa Pinto (Ed.), *Portugal contemporâneo* (pp. 137-162). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Becker, Howard (1992). Cases, causes, conjunctures, stories and imagery. In Charles C. Ragin & Howard S. Becker (Eds.), *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry* (pp. 205-216). Cambridge: Cambridge University Press.
- Breton, Philippe (1999). *A manipulação da palavra*. São Paulo: Edições Loyola.
- Boal, Augusto (1977). *Técnicas latino americanas de teatro popular (uma revolução copernicana ao contrário)*. Coimbra: Centelha.
- Boal, Augusto (2010). *O teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Editora.
- Boal, Augusto (2014). *Hamlet e o filho do padeiro: Memórias imaginadas*. São Paulo: Cosac Naify.
- Bourdieu, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel.
- Bourdieu, Pierre (1998). *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Cardina, Miguel (2012). Desportugalizar Portugal. In Aavv *Reinventar Portugal* (pp. 207-214). Lisboa: Editorial Estampa.
- Correia, José Alberto (1996). Formação e trabalho: Contributos para uma transformação dos modos de os pensar na sua articulação. In Albano Estrela, Rui Canário, & Júlia Ferreira (Eds.), *Formação, saberes profissionais e situações de trabalho* (pp. 3-30). Lisboa: AFIRSE.
- Costa, Hermes, Dias, Hugo, & Soeiro, José (2014). As greves e a austeridade em Portugal: Olhares, expressões e recomposições. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 173-202.
- Cunha, Luís (2012). Uma história nos *mídia*: Narrativas sobre a crise dos sistemas financeiros. In António Adami & António C. Hohlfeldt (Orgs.), *Lusofonia e interculturalidade: Actas do IX Lusocom* [formato e-book] (pp. 1132-1146). São Paulo: Intercom.

- Faria, Natália (2014, May 16). Emigração foi a válvula de escape que aliviou as tensões sociais. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/portugal/jornal/emigracao-foi-a-valvula-de-escape-que-aliviou-as-tensoes-sociais-28292607>
- Ferreira, António Casimiro (2012). *Sociedade de austeridade e direito do trabalho de exceção*. Porto: Vida Económica.
- Ferreira, Fernando Ilídio (2005). *O local em educação: Animação e parceria*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, José Medeiros (1993). Prefácio. In José Mattoso (Dir.), *História de Portugal: Portugal em transe* (1974-1985) (vol. VIII, pp. 7-11). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Gavi, Philipe, Sartre, Jean-Paul, & Victor, Pierre (1975). *Porquê a revolta?*. Lisboa: Livraria Sá e Costa.
- Gil, José (2005). *Portugal, boje: O medo de existir*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Giroux, Henry (1983). *Theory and resistance in education: A pedagogy for the opposition*. Amherst: Bergin & Garvey Publishers.
- Kellner, Douglas, & Share, Jeff (2008). Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. *Educação & Sociedade*, 29(104), 687-715.
- Imprensa Nacional – Casa da Moeda (INCM). (1976). *Constituição da República Portuguesa*. Lisboa: INCM.
- Lawrence, Luis (1997). *Las teorías dramáticas de Augusto Boal* (col. Cuadernos de Postgrado). Facultad de Humanidades y Educación – UCV.
- Lima, Eduardo (2014). *Coisas de jornal no teatro*. São Paulo: Outras Expressões.
- Lima, Eduardo (2015). Teatro político em tempos de repressão. In Sérgio de Carvalho, Priscila Matsunaga, & Julian Boal (Eds.), *Augusto Boal: Atos de um percurso* (pp. 70-85). Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil.
- Lima, Lício C. (2000). Administração escolar em Portugal: Da revolução, da reforma e das decisões políticas pós-reformistas. In Afranio Catani & Romualdo P. Oliveira (Orgs.), *Reformas educacionais em Portugal e no Brasil* (pp. 41-76). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Loff, Manuel (2014). Dictatorship and revolution: Socio-political reconstructions of collective memory in post-authoritarian Portugal. *Culture & History Digital Journal*, 3(2), e017. doi:10.3989/chdj.2014.017
- Lourenço, Eduardo (1976). *O fascismo nunca existiu*. Lisboa: D. Quixote.
- Lucena, Manuel (2002). Reflexões sobre a queda do regime salazarista e o que se lhe seguiu. *Análise social*, XXXVII(162), 7- 46.
- Menendez, Fernanda (2007). Salazar ou a conquista discursiva do poder. *Veredas, Revista de Estudos Linguísticos*, 129-136.
- Monteiro, Sandra (2011). Austeritarismo, mutação do pensamento único. In José Reis & João Rodrigues (Eds.), *Portugal e a Europa em crise: Para acabar com a economia da austeridade* (pp. 195-200). Le monde diplomatique/Actual.
- Moreira, Vital (1992). A edificação do novo sistema institucional democrático. In António Reis (Ed.), *Portugal contemporâneo*, vol. VI (1974-1992) (pp. 85-112). Lisboa: Publicações Alfa.
- Observatório sobre Crises e Alternativas (OCA). (2013). *Anatomia da crise: Identificar os problemas para construir as alternativas*. Coimbra/Lisboa: OCA.

- Rosas, Fernando (1994). Propaganda nacional e política do espírito. In José Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, (vol. VII, pp. 291-293). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, Fernando (2012). *Salazar e o poder: A arte de saber durar*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- Rosas, Fernando (2014). Ser e não ser: Notas sobre a revolução portuguesa de 74/75 no seu 40º aniversário. *Vírus: Revista Política e de Ideias*, 5, 4-12.
- Reis, António (1992). Introdução. In António Reis (Dir.), *Portugal contemporâneo (1974-1992)* (vol. 6, pp. 7-8). Mem Martins: Publicações Alfa.
- Salazar, Oliveira (1946). *Discursos e notas políticas*, vol. II. Coimbra: Coimbra Editora.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000). *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2011). *Portugal, ensaio contra a auto-flagelação*. Coimbra: Almedina.
- Schostak, John, & Schostak, Jill (2008). *Radical research: Designing, developing and writing research to make a difference*. London: Routledge.
- Soeiro, José, Cardina, Miguel, & Serra, Nuno (Coords.). (2011). *Não acredite em tudo o que pensa: Mitos do senso comum na era da austeridade*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- Torgal, Luís Reis (2010). «Crise» e «crises» no discurso de Salazar. Coimbra: Imprensa da Universidade Coimbra. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10316.2/3593>
- Van Dijk, Teun (2009). Critical discourse analysis. In Deborah Schiffrin, Deborah Tannen, & Heidi E. Hamilton (Eds.), *Handbook of discourse analysis* (pp. 352-371). Oxford: Blackwell.
- Wodak, Ruth, & Meyer, Michael (2009). Critical discourse analysis: History, agenda, theory, and methodology. In Ruth Wodak & Michael Meyer (Eds.), *Methods for critical discourse analysis* (pp. 1-33). London: Sage.

«OS CIDADÃOS CONTINUAM A TER DIREITO À DEMOCRACIA»

Discursos de jovens estudantes sobre as manifestações anti-austeridade em Portugal

Carla Malafaia*, Isabel Menezes* & Tiago Neves*

Resumo: Nas últimas décadas, os discursos académicos e políticos sobre a cidadania dos/as jovens têm sugerido um *deficit* democrático que se caracterizaria por um afastamento face à política e à participação. No entanto, tanto a realidade quanto a investigação têm, em especial desde 2010, revelado que podemos, ao invés, estar a assistir a uma «revolução participatória» (Norris, 2002), com um forte envolvimento dos/as jovens, um pouco por todo o mundo, em movimentos sociais focados em causas mais transversais (a democracia) ou em questões específicas (a austeridade, os cortes na educação). Neste estudo, centramo-nos especificamente nas visões de jovens do ensino regular português do 8º, 11º e 2º ano do ensino superior, em escolas urbanas e semi-urbanas, sobre as manifestações anti-austeridade em Portugal que decorreram ao longo do ano de 2012. Estas manifestações levaram a uma mobilização popular quase sem precedentes desde a revolução democrática de 1974. Neste estudo, 1107 jovens responderam por escrito a um inquérito onde eram apresentadas fotos dessas manifestações. Os resultados revelam que os/as jovens não só acompanharam as manifestações e sabem quais as questões em jogo, como têm um discurso crítico e comprometido, revelador de que são ativos/as na construção e vivência da sua cidadania.

Palavras-chave: construção da cidadania, movimentos sociais, jovens

CITIZENS STILL HAVE A RIGHT TO DEMOCRACY»: YOUNG STUDENTS' DISCOURSES ON ANTI-AUSTERITY DEMONSTRATIONS IN PORTUGAL

Abstract: Over the past few decades, academic and political discourses on youth citizenship have pointed to the existence of a democratic deficit, characterised by an estrangement from politics and participation. However, both reality and research have shown that, particularly since 2010, we may instead be witnessing a «participatory revolution» (Norris, 2002). Indeed, throughout the globe, youngsters are strongly involved in social movements focused either on transversal causes (such as

* CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (Porto, Portugal).

democracy) or specific issues (such as austerity, or cuts in education). In this research we focus on the ways Portuguese youngsters, from the 8th and 11th grades and 2nd year of University, of the regular school system, both from urban and semi-urban schools, assess the 2012 anti-austerity rallies. These rallies, organised by social movements, led to an almost unprecedented popular mobilisation since the 1974 democratic revolution. 1107 youngsters answered in writing to a survey in which they were shown photos of the rallies. Results show that they not only accompanied the rallies and were aware of what was at stake, but also have a critical and engaged discourse that demonstrates that they are active in constructing and living their citizenship.

Keywords: constructing citizenship, social movements, youth

«LES CITOYENS CONTINUENT D'AVOIR DROIT A LA DEMOCRATIE»: LES DISCOURS DE JEUNES ETUDIANTS SUR LES MANIFESTATIONS ANTI-AUSTERITE AU PORTUGAL

Résumé: Au cours des dernières décennies, les discours académiques et politiques sur la citoyenneté des jeunes ont souligné l'existence d'un déficit démocratique caractérisée par un éloignement de la politique et de la participation. Cependant, la réalité et la recherche ont montré, en particulier depuis 2010, qu'on peut à la place assister à une «révolution participative» (Norris, 2002). En effet, dans le monde entier, les jeunes sont fortement impliqués dans des rassemblements et des mouvements sociaux axés soit sur les causes transversales (telles que la démocratie) ou des questions spécifiques (comme l'austérité ou les coupures dans l'éducation). Dans cette recherche, on analyse les façons comment les jeunes portugais, du 8ème année, 11ème année et 2ème année de la Université, à la fois des écoles urbaines et semi-urbaines, regarde les rassemblements anti-austérité de 2012. Ces rassemblements, organisés par les mouvements sociaux, ont conduit à une mobilisation populaire presque sans précédent depuis la révolution démocratique de 1974. 1107 jeunes ont répondu par écrit une enquête dans laquelle ils ont été présentés des photos des rassemblements. Les résultats montrent que les jeunes ont non seulement accompagné les rassemblements et étaient au courant de ce qui était en jeu, mais aussi qu'ils ont un discours critique et engagé qui démontre qu'ils sont actifs dans la construction et l'expérience de leur citoyenneté.

Mots-clés: construction de la citoyenneté, mouvements sociaux, jeunesse

1. Introdução: A «crise» da participação juvenil ou a «reinvenção do ativismo político»?

O conceito de participação tem sido frequentemente analisado em relação com a juventude, tradicionalmente representada na literatura como um grupo com forte comprometimento político e generosidade ativista (e.g., Erikson, 1968). Há, paralelamente, um reconhecimento da participação social, cívica e política dos/as jovens como importante preditor da participação na vida adulta (Sherrod, Flanagan, & Youniss, 2002), promovendo competências relevantes em vários domínios da vida (Menezes, 2007).

Nas últimas décadas, a noção de geração tem sido mobilizada para interpretar as mudanças em curso nas sociedades ocidentais. Encontramos frequentemente a ideia de que estas mudanças se refletem fortemente nas populações juvenis (Ingleheart, 1997), para quem a política se tornou algo irrelevante, e que o declínio da participação cívica e política deve ser entendido como uma mudança geracional (Putnam, 2000; Sinnott & Lyons, 2003). Este tema tem sido amplamente debatido na academia e em instituições políticas, considerando-se que a «geração Y» é uma «geração perdida» –, visão da Organização Internacional do Trabalho (Allen & Ainley, 2011) –, apolítica e apática (Henn, Weinstein, & Wring, 2002), caracterizada por uma baixa participação cívica e política, pondo em causa os alicerces da democracia (Benedicto & Morán, 2002; Putnam, 2000). Principalmente nos países da Europa Ocidental, o declínio da participação juvenil nas eleições, em partidos políticos, sindicatos e associações tem levantado preocupações sobre o desinteresse e despolitização juvenis (Augusto, 2008). Portugal é um dos países em que esta preocupação é enquadrada por uma história democrática recente e, consequentemente, por uma cultura política débil (Cruz, 1985).

Verba, Scholzman e Brady (2002) definem a participação política a partir das atividades que tentam propositadamente influenciar o Governo (regional, nacional, supranacional), a implementação de políticas e a seleção de decisores políticos. Atualmente, o conceito de participação procura, progressivamente, integrar uma multiplicidade de vivências e relações com a política, concedendo-se atenção a outras dimensões a par da participação eleitoral, como o consumo, a assinatura de petições, o envolvimento partidário e a participação em protestos (Teorell, Torcal, & Montero, 2007). Assim, as recentes teorias da participação tendem a considerar não apenas as suas diferentes formas (convencional, não-convencional, legal e ilegal), mas também a diversidade de contextos em que ocorre (desde grupos informais até comunidades políticas organizadas) (Spannring, Ogris, & Gaiser, 2008; Ekman & Amna, 2012). É, aliás, este alargamento conceptual que permite desconstruir os discursos sobre a «crise da participação juvenil», reconhecendo-se que «a crise» pode ser vista como sinal simultâneo de recessão (das formas mais convencionais de participação) e expansão (das formas emergentes) (Menezes, 2007).

Nesta linha, diversas investigações apontam para a desinstitucionalização das práticas políticas juvenis e para a preferência por lógicas participativas mais horizontais (Norris, 2002; Menezes et al., 2012). Este afastamento intencional das estruturas políticas tradicionais e as expressões de desagrado e desconfiança relativamente à participação convencional levaram investigadores/as a falar de uma «juventude ativamente desenraizada» [*actively rootless youth*] (Ødegård, 2003, cit. in Berrefjord, 2005: 110), comprometida com novas formas de intervenção cidadã – de que seria exemplo a onda global de protestos que começou em 2011. Efetivamente, as páginas dos jornais, as notícias na televisão e as atividades nas redes sociais apontaram para o designado «protesto global» (*Courrier International*, novembro de 2011), com o/a «manifestante» a ser nomeado/a

personalidade do ano pela *Times* em 2011. Desde o início desta década, assistimos a uma onda de protestos em países como a Tunísia, o Egito, a Grécia, Portugal, Espanha, os Estados Unidos e o Brasil, face a causas mais transversais (a democracia) ou mais específicas (a austeridade, os cortes na educação). Estes acontecimentos questionam a certidão de apatia política que tem sido atribuída aos/às jovens, que parecem agora ser protagonistas de uma «reinvenção do ativismo político» (Norris, 2002). Ora, este estudo pretende exatamente explorar a relação que jovens estudantes do ensino básico, secundário e universitário estabelecem com este contexto de forte ativismo e crise, a partir das suas visões sobre as manifestações anti-austeridade em Portugal, para aceder à forma como vivem e interpretam a cidadania. De uma amostra total de 1107 jovens, analisámos 1028 comentários escritos que revelam posicionamentos comprometidos, enfatizam as questões essenciais na discussão sobre os protestos sociais e, conseqüentemente, a crise económica, o resgate financeiro e a prestação governamental. São visões juvenis sobre o presente e o futuro de Portugal, e em particular dos/as jovens portugueses/as.

1.1. Ser jovem na Europa contemporânea

A atual geração juvenil caracteriza-se, na Europa e em especial no Sul da Europa, pela incerteza, risco e imprevisibilidade, estando crescentemente dependente de uma «família de bem-estar» (Santos, 2011) que, a custo, tenta equilibrar as fragilidades do Estado. Vendo as suas vidas permanentemente hipotecadas à custa do desemprego, da flexibilidade e desproteção laborais, os/as jovens vivem num tempo de intensa individualização que, segundo Machado Pais (2007: 43), pode «gerar uma falsa consciência de libertação». Portugal, um país subprotector (Esping-Andersen, 1990), torna difícil amortecer as imprevisibilidades agravadas pelas transformações sociais, sendo que para os/as jovens «o terreno em que as transições têm lugar é de natureza cada vez mais labiríntica» (Pais, 2006: XX). A crise tem aumentado as desigualdades estruturais e limitado os sistemas de proteção social, assim como as oportunidades de participação (Champeix, 2010). Estes processos de desinstitucionalização, gerando novas relações com o risco, tornam difícil a construção de projetos a longo prazo – fenómenos que alguns sociólogos relacionam com a «modernidade tardia», o «neo-liberalismo» ou a «modernidade reflexiva» (Rose, 1989; Beck, 2005; Giddens, 1991). Tudo isto tem conseqüências sobre a cidadania participativa: a relação com a política tende a assumir um estilo menos estruturado e hierarquizado, mais fluido, informal e expressivo (Ekman & Amna, 2012), com tendências mais individualistas, como é o caso do consumerismo político (Harris, Wyn, & Younes, 2010; Inglehart, 1997).

No entanto, apesar de Inglehart (1997) associar as transformações na participação juvenil à identificação com valores pós-materialistas – ligados a causas ambientais e de direitos humanos

– numa análise dos movimentos sociais emergentes na Europa, Estanque, Costa e Soeiro (2013) argumentam que este ciclo de protesto é profundamente marcado por questões materiais e laborais: o elevadíssimo desemprego jovem qualificado e o agravamento da injustiça social foram o mote da expressão coletiva contra as instituições políticas e a favor de uma democracia direta. Estes movimentos anti-austeridade reclamaram novas formas de democracia e participação e protestaram contra os cortes nas funções sociais do Estado (a educação, a saúde, a segurança social) e o paradoxal apoio aos sistemas financeiro e bancário. A chamada «crise da zona Euro» é uma crise económica e social profunda, em que políticos e organizações políticas tradicionais parecem ter sido incapazes de canalizar a revolta das populações. Assim, os grupos juvenis têm ativado movimentos sociais reivindicativos, com formatos inovadores (veja-se a ocupação da Puerta del Sol em Madrid), e manifestações de grande mobilização como, por exemplo, os movimentos portugueses «Geração à Rasca», em 12 de março de 2011, ou o «Que se Lixe a *Troika*¹. Queremos as nossas vidas», a 15 de setembro de 2012. É importante destacar que, em Portugal, além do agravamento do desemprego (OECD, 2015), da pobreza e das desigualdades sociais (Carmo & Costa, 2015), a crise gerou uma emigração sem precedentes desde a década de 1960. Se em 1960, os/as jovens, pouco qualificados/as e pobres, emigravam para fugir à pobreza e à guerra colonial, atualmente é uma geração altamente qualificada que emigra para escapar ao desemprego (Docquier & Rapoport, 2011) – com devastadores efeitos emocionais e simbólicos nas famílias que apostaram na sua qualificação. Desta forma, a par da diminuição do financiamento público da educação, o questionamento do papel potencialmente «redentor» da educação foi também uma consequência da crise e da austeridade.

1.2. Aprender e ser cidadão/ã em contexto (de crise)

A sociologia da educação tem integrado «novas formas de educação e novos contextos de aprendizagem que não se confinam à escola tradicional» (Afonso, 1992: 86). Relativamente à aprendizagem da cidadania ativa e democrática, autores clássicos e recentes sustentam que ela deve ser experimentada em contexto: apropria-se o seu significado *sendo-se* cidadão/ã; através de ações reais vai-se construindo, cognitiva e praxeologicamente, o lugar de cada um/a no mundo (Dewey, 1916; Lawy & Biesta, 2006; Biesta, 2011). No estudo dos fenómenos sociais é, portanto, fundamental considerarmos os contextos (relacionais) mais próximos, mas também a

¹ A *Troika* é formada pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A *Troika* foi responsável por avaliar as necessidades de financiamento de Portugal, estabelecendo a ação de reestruturação económica do país e avaliando o cumprimento das condições do resgate financeiro.

conjuntura que os enquadra. No caso dos/as jovens, é bem conhecido o papel da escola e da família como contextos de socialização, transmitindo competências, conhecimentos e interesses na área da participação cívica e política (e.g., Torney-Purta et al., 2001; Delli Carpini & Keeter, 1996). Os *media* exercem também influência: por eles «somos informados/as sobre o que acontece nos quatros cantos do mundo, o que consequentemente nos leva a sentimentos e sensações de estarmos vivendo todos num mesmo contexto» (Beck, Henning, & Vieira, 2014: 88). Neste sentido, é-lhes reconhecida uma espécie de «função pedagógica» (Beck et al., 2014: 90).

Situados/as por determinadas condições sociais, económicas e políticas, e a partir de influências cruzadas, os/as jovens exercem e aprendem a cidadania em contexto(s) e pela prática real. Em 2011 e 2012, o contexto sociopolítico português foi particularmente desafiante em termos políticos e cívicos: por um lado, a implementação de medidas de austeridade conduziu ao aumento do risco de pobreza, particularmente em jovens entre os 17 e os 24 anos, com muitos/as a terem de abandonar os estudos (ITUC Report, 2012); por outro lado, assistiu-se à criação e consolidação de uma «retórica económica de *emergência nacional* e de *ausência de alternativas de acção*» (Ferreira, 2011: 157). Períodos como este são especialmente interessantes para a análise social, pois trazem desafios importantes aos/às cidadãos/ãs, ao modo como se (re)situam entre as narrativas que lhes chegam. Em primeiro lugar, tendo as manifestações sido fortemente motivadas por decisões políticas nacionais, Portugal foi um dos primeiros países a tomar parte no ciclo global de protestos, ganhando visibilidade por se associar a uma luta internacional contra a austeridade (Baumgarten, 2013). Em segundo lugar, somos um país com baixos níveis de crença na eficácia da participação e nas instituições políticas (Pinto et al., 2012). Já em 2008, um estudo de Magalhães e Sanz Moral mostrava que os/as jovens portugueses/as (15-29 anos) revelavam insatisfação com a democracia e baixos níveis de conhecimento político. Simultaneamente, contudo, expressavam-se favoravelmente à necessidade de reformas profundas na sociedade portuguesa e à criação de estruturas que introduzissem democracia direta (Magalhães & Sanz Moral, 2008). Estas são tendências transversais a jovens de outras partes do globo (Forbrig, 2005).

Aceder às perspetivas juvenis sobre um fenómeno politicamente marcante, enquadrado numa contestação do *status quo* global, significa necessariamente compreender como a cidadania está a ser integrada e vivida. Em última análise, trata-se de aceder a mundivisões, a perspetivas sobre um fenómeno com impacto alargado e sem precedentes no percurso de vida destes/as jovens. É, portanto, incontornável auscultarmos o conhecimento e interesse juvenis sobre este contexto. Tendo diferentes relações com o fenómeno (participação direta nas manifestações ou não) e estando diferentemente situados/as no espaço social (*backgrounds* socio-económicos diversos), o que têm os/as jovens a dizer sobre ele? De que modo se apropriam da «coisa política»? Tomando as palavras de Bourdieu (1979/2010: 478), falamos do sentimento de se «estar legitimado para se ocupar da política, de ter autoridade para falar politicamente

das coisas políticas». Ou, como diz Machado Pais (2005: 53), é crucial «tomar-se o conceito de *cidadania* como uma ideia virada para o futuro, tendo em conta a realidade do presente». E o presente exige que se atente nas percepções sobre as condições materiais e simbólicas que permitem aos/às jovens desenhar os seus trajetos e decidir sobre as suas vidas. São estas condições que confluem na continuada negociação do que é ser cidadão/ã.

2. Método

2.1. Participantes

Os/as participantes são estudantes do 8º ano ($n = 349$ [176 rapazes e 173 raparigas]), do 11º ano ($n = 383$ [162 rapazes e 221 raparigas]) e do 2º ano do ensino superior ($n = 375$ [89 rapazes e 286 raparigas]) num total de 1107 jovens. Os questionários foram administrados em escolas públicas e privadas do Porto, Vila Real, Viseu e Coimbra². A escolha das escolas obedeceu a critérios específicos (público e privado, urbana e semi-urbana), e dentro de cada escola a amostra foi de conveniência. A escolha destes anos de escolaridade visou evitar possíveis variações ligadas aos processos de transição que envolvem os primeiros e últimos anos de um ciclo de estudos. Esta faixa etária segue a linha de outros estudos (Menezes et al., 2012; Torney-Purta, 2001), de modo a considerar-se as mudanças no desenvolvimento político ao longo da adolescência e as diferenças em termos de cidadania e participação relacionadas com a idade de voto. Os/as participantes preencheram o questionário em sala de aula, durante aproximadamente 40 minutos. A participação dos/as estudantes menores esteve dependente da apresentação prévia do consentimento parental.

2.2. Procedimento de recolha de dados

O instrumento utilizado nesta pesquisa é um questionário de auto-relato com escalas sobre dimensões políticas e académicas, validadas com populações semelhantes à do nosso estudo. Uma dessas dimensões é a cognição política, que incluiu a questão de resposta aberta analisada neste artigo. Nela se pede ao/à respondente que se pronuncie acerca de duas imagens alusivas a manifestações ocorridas em Portugal. Uma delas mostra manifestantes com cartazes,

² Consideramos que a diversificação da amostra, relacionada com o género, a localização geográfica e o tipo de escola, é importante para abranger perspetivas e experiências diversas. A exploração destas várias dimensões será considerada noutros trabalhos; neste artigo, concentrar-nos-emos apenas nas variações em função do ano de escolaridade.

destacando-se um que apela ao protesto («*Keep calm and protest*» – Figura 1); a outra exhibe uma manifestação de carácter mais organizado, identificando o seu mote através da faixa «*Que se lixe a Troika. Queremos as nossas vidas*» (Figura 2). Estas manifestações iniciaram-se nas redes sociais, que foram fundamentais para uma mobilização que transitou do online para o offline, criando um «espaço público híbrido» (Castells, 2012). Ocorreram manifestações de rua em 30 cidades portuguesas, que contaram, aproximadamente, com um milhão de pessoas. A fase da recolha de dados aconteceu no rescaldo desta onda de protestos e num contexto sociopolítico particular (a iminência da demissão do Governo e eleições antecipadas).

FIGURA 1

Indignados em frente à Câmara do Porto



Fonte: Global Voices (<https://pt.globalvoices.org/2011/10/17/portugal-15opt-fotos-videos/>).
Foto da organização do 15 de Outubro (usada com permissão).

FIGURA 2

Manifestação anti-austeridade Que Se Lixe a Troika, Porto



Fonte: «Precários Inflexíveis» (precarios.net). Foto de Paulo Pimenta/*Público* (usada com permissão).

2.3. Procedimentos de análise

A análise de conteúdo dos comentários escritos foi eminentemente indutiva. Emergiram desta análise três temas organizadores: «Perspetivas sobre as manifestações», «Crítica do Governo e da *Troika*» e «Reflexões sobre o estatuto e condição da democracia». Estes temas gerais integram no seu interior nove categorias que revelam diferentes modos de posicionamento sobre o cenário sociopolítico, particularmente sobre as manifestações (seu significado, natureza e legitimidade). Estas serão descritas ao longo da apresentação dos resultados.

Adicionalmente, para testar a confiabilidade da análise de conteúdo, esta foi submetida a um acordo intra e inter-observadores, de forma a medir o seu grau de concordância (Brennan & Silman, 1992). Para verificar a concordância inter-observadores foi usado o teste *kappa* (Cohen, 1960) calculado no SPSS. Assim, 15% do total de texto analisado (ou seja, do total de unidades de registo existentes), foi submetido a análise de conteúdo por um investigador independente (Lima, 2013). De acordo com a interpretação sugerida por Brennan e Silman (1992) para os valores de *kappa*, o sistema de categorias construído provou ser confiável ($kappa = .72$; $p = .000$), revelando um «Bom» grau de acordo, comprovando assim a consistência da nossa análise de conteúdo.

3. Apresentação dos resultados

Primeiramente, apresentamos a distribuição das unidades de registo pelos temas e categorias que emergiram da análise, por anos de escolaridade. Dos/as 1107 jovens, alguns/mas não responderam à questão, ainda que tenham sido em baixo número considerando o total da amostra (8º ano: $n = 15$; 11º ano: $n = 27$; 2º ano: $n = 37$).

A Tabela 1 permite mapear as tendências discursivas dos/as 1028 respondentes. Posteriormente, apresentaremos detalhadamente o conteúdo de cada uma das categorias.

TABELA 1
Percentagem de unidades de registo codificadas, por anos de escolaridade

		8º ano	11º ano	2º ano (Univ.)
1. PERSPETIVAS SOBRE AS MANIFESTAÇÕES	1.1. Identificação das manifestações como oportunidades de expressão e luta	24.2%	38.2%	31.4%
	1.2. Identificação das manifestações como prejudiciais ao bem-comum	3.2%	1.4%	2.1%
	1.3. Identificação das manifestações como ineficazes	3.7%	4%	1.7%
2. CRÍTICA DO GOVERNO E DA TROIKA	2.1. Identificação da atuação do Governo como causa da insatisfação popular	44.7%	35.5%	25.9%
	2.2. Identificação da interferência externa na governação como causa da insatisfação popular	14.7%	8.9%	6.4%
	2.3. Identificação de problemas específicos (económicos, laborais e materiais) como causas da insatisfação popular	18.6%	8.9%	7.4%
3. REFLEXÃO SOBRE O ESTATUTO E CONDIÇÃO DA DEMOCRACIA	3.1. Identificação do fenómeno da participação ilegítima	1.2%	0.5%	0.3%
	3.2. Identificação do fenómeno da participação alienada	1.2%	4%	2.7%
	3.3. Identificação do fenómeno da responsabilização individual	2.3%	2.1%	2.4%

As categorias 1.1 e 2.1 são as mais frequentes. Este resultado não é surpreendente, considerando as imagens apresentadas e o contexto de produção destes discursos. Ainda assim, é interessante verificar que este tipo de reivindicações na expressão e luta por direitos e mudança social é sobretudo enfatizado pelos/as jovens do 11º ano. Curiosamente, são os/as estudantes do 8º ano que mais criticam o Governo e a *Troika*, considerando-os responsáveis pelo agra-

vamento das condições de vida da população. São também estes/as que mais identificam problemas concretos associados a este período (aumento de impostos e desemprego, cortes nos salários e nos serviços públicos, etc.).

As categorias correspondentes ao terceiro tema são quantitativamente menos expressivas. No entanto, revelam conceções importantes sobre a participação cívica e política. Primeiramente, emerge a ideia da ilegitimidade dos protestos porque o Governo é eleito pelo voto popular e, por isso, não deve ser contestado, considerando-se também que a maioria das pessoas que participa em manifestações não vota. Estas posições, baseadas numa visão redutora da participação, são mais frequentes nos/as estudantes do 8º ano. Em segundo lugar, a ideia de que as manifestações refletem uma participação alienada, desinformada e sem adesão à realidade é sobretudo partilhada pelos/as jovens do 11º ano. Por último, surge o argumento de que cada pessoa deve assumir responsabilidade pela crise económica, mais enfatizado pelos/as jovens do ensino superior.

Apresentamos seguidamente o conteúdo de cada uma das categorias.

3.1. Perspetivas sobre as manifestações

A grande maioria dos/as jovens inclui nos seus comentários a *identificação das manifestações como oportunidades de expressão e luta*. Reconhecem, portanto, a importância desta forma de reivindicação como ferramenta de mudança, visando melhorar a situação vivida pela população portuguesa. Uma jovem do 8º ano sublinha a importância desta forma de participação na defesa de direitos e na chamada de atenção dos decisores políticos. Identifica os protestos como um modo de reação popular à falta de responsividade governamental, acrescentando que participa em manifestações deste tipo com a sua família.

Eu acho que as pessoas devem fazer manifestações (...) são a única maneira de sermos ouvidos pelos Governos, de chamar a atenção dos políticos, para que estes saibam quais as consequências das decisões que tomam, muitas vezes sem o consenso da população. Eu costumo ir sempre com a minha família, porque achamos que se ficarmos em casa a lamentarmo-nos nada vai mudar; por isso, temos mesmo que ir para a rua e defender os nossos direitos. (8º ano)

Enfatizando as consequências emocionais e materiais da crise, um jovem do 11º ano sublinha «a necessidade de ir para as ruas lutar», alertando para o empobrecimento das condições de agência sobre o futuro.

É um cansaço tal que faz milhões irem para as ruas por terem atingido o limite máximo. (...) o povo está desesperado com a crise que se está a passar e têm a necessidade de ir para as ruas lutar pelos seus direitos. Os principais protagonistas destas manifestações são jovens que se veem cada vez mais restringidos da livre escolha do seu futuro. (11º ano)

Os discursos juvenis expressam claramente a noção de que as condições de vida da população portuguesa são graves e de que se chegou a um limite insustentável, de que são prova estas manifestações. Além disso, os/as jovens sabem que outros países estão a sentir os mesmos problemas, mostrando conhecimento de que este é um fenómeno alargado: «Isto é a democracia, é a liberdade do povo em expressar o que lhe vai na alma, o sofrimento e insustentabilidade do país que mudou a vida dos portugueses e de muitos povos do estrangeiro» (2º ano).

O tema das manifestações revelou-se, no entanto, controverso para alguns/mas jovens, que expressaram uma visão negativa acerca desta forma de participação, identificando *as manifestações como prejudiciais ao bem comum*. Estas opiniões tendem a associá-las a cenários de violência, confusão e destruição do espaço público.

Decidem organizar uma manifestação, provocando problemas no tráfego e organização da cidade. [o povo] tem toda a razão, apenas perdendo-a aquando de atos ilegais, como atirar pedras, etc. (8º ano).

Além da violência e desunião social associados aos protestos, considera-se que eles acabam por agravar as condições económicas do país por interferirem com o ritmo laboral.

As manifestações param o país, o que causa despesas e provoca o aumento de impostos. (...) A imagem da direita sugere uma manifestação violenta onde as pessoas estão iradas com a situação a que se opõem, tendo intenção de se revoltarem e destruírem o espaço público. (11º ano)

Não concordo com manifestações deste tipo; penso que só promovem a desunião dos portugueses, a revolta geral e um forte desequilíbrio social. (2º ano).

Em alguns casos, os comentários a favor e contra estes protestos são complementados com a *identificação da ineficácia das manifestações*. Segundo alguns/mas participantes, independentemente da sua legitimidade, na maioria das vezes as manifestações não produzem efeitos reais. Neste sentido, o balanço entre custos e benefícios desta forma de participação torna-a irrelevante, já que «as manifestações não levam a lado nenhum (...) não valem de nada, pois a rede está montada» (2º ano do ensino superior). Mesmo quando aos protestos subjazem motivações consideradas válidas, questiona-se: «Mas de que servem? O Governo está-se marimbando para isso» (8º ano). Por outras palavras, os/as jovens recordam que «nenhuma lei ou condição será alterada com estes protestos (...). São raros os que conseguem criar um impacto significa-

tivo nas decisões políticas» (11º ano). A perceção de baixa eficácia política externa está, então, na origem desta crença na ineficácia das manifestações.

3.2. Crítica do Governo e da Troika

Como seria esperado, tendo em conta as imagens apresentadas, a crítica do Governo e da Troika é um tópico que marca significativamente os discursos juvenis.

A *identificação do Governo como causa da insatisfação popular* é uma categoria que reúne várias características que os/as jovens atribuem ao Governo português. A falta de eficiência e seriedade, a má gestão, a corrupção e fraca responsividade, bem como a falta de ligação das políticas à realidade social são alguns dos elementos que estão na base da crítica ao Governo, justificando nalguns casos o apelo à sua demissão.

[Os manifestantes] pretendem um Governo menos corrupto e que pense no povo e com o povo (...). É urgente que o Governo mude, pois ele é que está a fazer com que o país se afunde mais. (8º ano)

Só sabem dizer que temos que ter mais austeridade e fazer alguma coisa benéfica não fazem, mas infelizmente é a treta do Governo que temos. (...) Governo Rua!!!. (11º ano)

Estas imagens dão conta da indignação de um povo de um país (Portugal) que está revoltado com a conjuntura económica atual, ou seja, a população está revoltada com as medidas tomadas pelo Governo, dado que parece que não têm levado em consideração as reais necessidades das pessoas. (2º ano)

O agravamento das condições de vida da população é atribuído ao alinhamento das decisões governamentais com a *Troika*. Assim, os/as jovens identificam a *interferência externa na governação como causa da insatisfação popular*. Um jovem do 8º ano é contundente ao afirmar que o país está pior desde a chegada da *Troika* a Portugal. «As imagens dizem-me que este país está cada vez pior. Como se diz, Que se lixe a *Troika*, não precisamos deles para nada e o povo unido jamais será vencido. (...) a *Troika* está a estragar este país nos cortes que estão a fazer» (8º ano).

Os/as estudantes do 11º ano e do 2º ano do ensino superior também associam a *Troika* a cortes financeiros, com sérias consequências para vários segmentos da população. Ela é identificada como elemento nocivo de controlo social.

As pessoas estão contra a *Troika* e protestam para ela deixar de controlar a vida do povo, pois ela no final não vai ajudar os cidadãos, mas trazer-lhes mais problemas e mais impostos para pagar (...), cortam nos orçamentos e tiram dinheiro das reformas. (11º ano)

A *Troika* é em grande parte os culpados da crise económica, que está na origem de uma crise social, com muitas pessoas desempregadas e em risco de exclusão social. (2º ano)

As críticas ao Governo e à *Troika* são recorrentemente compostas por referências à crise económica e ao modo como as medidas políticas afetam a vida da população. Porém, alguns comentários identificam *problemas específicos (económicos, laborais e materiais) como causas da insatisfação popular*. Os cortes nos subsídios e em serviços básicos (como a saúde e a educação), o aumento de impostos diretos e indiretos, o crescimento do desemprego juvenil são algumas das questões enfatizadas pelos/as jovens dos três ciclos de estudo, que expressam enfaticamente a sua indignação perante a progressiva debilidade das condições de vida da população portuguesa e o agravamento da desigualdade e injustiça sociais, com as classes baixas a serem particularmente prejudicadas.

O Governo faz muitos cortes na despesa e retira o subsídio de natal, de férias e de desemprego aos menos afortunados. Os impostos sobem, tal como a gasolina, o gasóleo, a luz, a água e até os produtos alimentares. (8º ano)

Somos frequentemente bombardeados com o aumento do desemprego, cortes nos salários, na saúde. Parece que estamos a entrar num limite que não pode ser ultrapassado (...). Roubam aos pobres para dar aos ricos. Assim não pode ser! É inadmissível! (11º ano)

O desemprego atingiu níveis recordes, obrigando jovens portugueses a emigrarem para tentarem conseguir viver os seus sonhos e ter estabilidade profissional e financeira. (...) Os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres... Queria ver políticos com ordenados de 500€ por mês, aí veriam como é. (2º ano)

3.3. Reflexão sobre o estatuto e condição da democracia

Este último tema relaciona-se com: a) a perceção de que a participação em manifestações deve estar dependente do exercício do voto; b) a opinião sobre as manifestações como modos de envolvimento alienados ou pouco refletidos; c) a expressão de argumentos ligados à responsabilização individual relativamente à crise económica.

A categoria «*identificação do fenómeno da participação ilegítima*» diz respeito aos discursos que não atribuem legitimidade democrática às manifestações, por se considerar que quem nelas participa não votou ou votou em branco.

Muitas das pessoas que tomam parte neste tipo de protestos não exerceram o direito de voto em época de eleição, o que, a meu ver, descredibiliza por completo a sua vontade de contrariar e maldizer as medidas tomadas pelo Governo. (11º ano)

Além disso, e mobilizando novamente o argumento do voto como forma legítima e institucional de participação, alguns/mas jovens consideram que se deve aceitar o estado das coisas, uma vez que o Governo é eleito democraticamente e, como tal, as medidas políticas subsequentes devem ser respeitadas.

Há pessoas que votaram no partido que neste momento tem controlo do nosso país, e viram-se contra ele em manifestações, queixam-se. Acho que devem estar caladas, pois toda a gente vota, se um ganha, tem que se ter paciência, vivemos numa democracia. (8º ano)

Alguns/mas jovens consideram que as manifestações são sintomáticas da apatia dos/as cidadãos/ãs, que utilizam os protestos como último recurso quando se veem diretamente afetados/as, social e economicamente. «Infelizmente, [as imagens] acabam por me remeter para a preguiça de alguns cidadãos que acabam por se preocupar só mesmo quando os problemas chegam a eles» (2º ano).

Os discursos que apresentam a participação nas manifestações como uma mobilização sem motivos concretos e baseada em falta de informação foram codificados como dizendo respeito à *identificação do fenómeno da participação alienada*. Alguns/mas jovens descredibilizam convictamente estes protestos, não lhes reconhecendo seriedade, comprometimento nem responsabilidade.

Na minha opinião, estas imagens demonstram manifestações, em que as pessoas que nelas participam são/estão pouco informadas sobre a economia e a política (...), manifestações, no mínimo, ridículas, visto que [os manifestantes] falam de assuntos dos quais não entendem minimamente, como se pode observar na segunda imagem. (11º ano)

Completo erro social, não fazem a mínima do que estão a fazer/falar. (...) Caímos no ridículo quando grande parte das pessoas que se manifesta, fazendo-o por «ser fixe», não percebe o que está em causa. (2º ano)

A *identificação do fenómeno da responsabilização individual* é a categoria que reúne os discursos que tendem a sublinhar o papel que cada cidadão/ã tem, ou deveria ter, na resolução da crise económica. Nesta perspetiva, cada indivíduo deve responsabilizar-se pela crise e contribuir para a sua resolução.

Honestamente, oponho-me à maneira como as pessoas se têm exprimido. Compreendo o seu descontentamento, mas acho que antes de julgar ou criticar devemos olhar para nós mesmos. A democracia baseia-se na opinião pública, logo os nossos representantes e as consequências que eles causam são nossa responsabilidade. Todos fomos responsáveis pela situação do país e cabe a todos reverter a situação. (8º ano)

A falta de consciência financeira da maioria da população – considerada a principal culpada pela crise, pois não soube controlar apropriadamente seus gastos – é sublinhada em discursos que a enquadram num suposto «modo português de ser», com pouca capacidade de trabalho, de colaboração e de responsabilização.

O povo gosta de culpar os outros quando quem andou a viver à grande e à francesa fomos todos nós. (...) a nossa sociedade não está mentalizada para trabalhar num contexto de crise e culpam o Governo e os partidos políticos dessa mentalidade inapropriada. (...) poderia haver uma maior colaboração dos jovens para que isto mude. Juntarmo-nos mais e unirmo-nos até ao fim para ultrapassarmos esta fase. (11º ano)

Além disto, acrescenta-se que outros países estão a passar por uma crise económica similar e que os/as portugueses/as devem demonstrar mais empenho e esforço para transformar a situação que vivem: «Falta de interesse e coragem e compreensão da população para enfrentar todos estes problemas económicos e financeiros que não só Portugal mas todos os países em dificuldade estão a passar» (2º ano).

4. Discussão dos resultados e últimas considerações

«O conhecimento do mundo faz-se de palavras» (Pais, 2005: 53) e as que aqui ganham protagonismo afastam clamores sobre a indiferença juvenil perante a cena política. Os resultados mostram jovens que se interessam, se posicionam e estão longe da alienação e da apatia (Norris, 2002; Berrefjord, 2005). Pelo contrário, revelam compreender o que está em causa no momento político das manifestações anti-austeridade.

Um jornal português, dando conta da elevada abstenção eleitoral juvenil nas últimas presidenciais (janeiro de 2016), alertava para o risco de «irrelevância política» dos/as jovens, que parecem estar a desistir da política³. Por outras palavras, os elevados níveis de abstenção estão a contribuir para o afastamento das preocupações juvenis da agenda política partidária – agravando o fosso entre os grupos juvenis e a classe partidária. As perspetivas juvenis sobre as manifestações permitem aceder a uma visão mais completa deste quadro. Os resultados mostraram que os/as jovens estão informados/as e implicados/as no contexto político a que pertencem, demonstrando conhecer a situação social e política do país, mesmo tendo apenas 13/14 anos, como é o caso de estudantes do 8º ano. Os discursos mostram inequivocamente a importância atribuída às manifestações sociais e a crescente desconfiança relativamente ao Governo.

³ «Os jovens estão a desistir da política, e a política parece prescindir deles». Jornal *Público* (janeiro de 2016): <https://www.publico.pt/politica/noticia/os-jovens-estao-a-desistir-da-politica-e-a-politica-parece-prescindir-deles-1721887?page=1>

Os/as jovens referem a desconexão entre a classe política partidária e as preocupações da população, acusando os decisores políticos de encararem com trivialidade as expressões de desagrado popular, de que são exemplo as manifestações. A descrença relativamente aos efeitos políticos das manifestações resulta então desta crítica à surdez da política institucionalizada relativamente às preocupações populares (Norris, 2002; Menezes et al., 2012).

Os discursos revelam conhecimento sobre o contexto sociopolítico e, cumulativamente, o modo como as representações individuais se relacionam com as macro-narrativas políticas que compõem este contexto. Neste sentido, a cognição política cumpre o papel de interface entre as dimensões individuais e coletivas da política (Van Dijk, 2002). As referências ao papel de cada pessoa na crise económica e social (bem como na sua superação) e a sobrevalorização do voto como argumento que estreita as margens da participação cívica e política apontam para o importante papel que os *media* desempenham no modo como os/as jovens olham o mundo (Beck et al., 2014). Isto são temas integrantes das narrativas inculcadas pelos partidos do Governo e que circulam abundantemente nos *media*. Estas narrativas do «não há alternativa» ou «fazer mais com menos» tornaram-se o discurso dominante da ideologia austeritária que tem governado a Europa. Os *media* têm desempenhado um papel fundamental na naturalização destes discursos, veiculando a ideia da inevitabilidade da austeridade.

Ainda assim, os discursos analisados mostram que os/as jovens são muito mais do que retores/as passivos/as e que a experiência vivida, definida pelo contacto com a realidade próxima (da escola, da família, da cidade), parece determinar a perceção sobre oportunidades de vida presentes e futuras (Furlong & Cartmel, 2007), resultando em visões inconformadas, que não alinham em agendas político-mediáticas. Neste sentido, a insegurança ontológica que marca a suas vidas (a perspetiva de emigração, os níveis de desemprego, a instabilidade económica) parece estruturar uma consciência política reivindicativa. O conceito de modernidade líquida (Bauman, 2000) abriga estas visões juvenis fortemente marcadas pela fluidez e desregulamentação que envolvem as esferas laboral e material. O modo contundente como os/as jovens se referem, por exemplo, aos cortes nos serviços públicos e ao desemprego juvenil, incluindo-se simultaneamente como agentes ativos na mudança, torna clara a sua implicação no cenário sobre o qual produzem discurso («*temos* mesmo que ir para a rua e defender os *nostros* direitos», como dizia uma estudante do 8º ano). Estes posicionamentos, de negação da imutabilidade do *status quo*, remetem-nos para as dimensões da agência e da injustiça como componentes fulcrais da ação coletiva (Gamson, 1992).

O facto de os/as jovens do ensino superior terem mais escolaridade e experiências distintas – particularmente dos grupos do 8º ano – pode, eventualmente, explicar o facto de serem os/as que menos consideram as manifestações como ineficazes. Contudo, tecem também menos críticas ao Governo e à Troika e tendem a considerar a crise como uma questão de responsa-

bilidade individual. Simultaneamente, os resultados mostram que os/as jovens de 14/15 anos se expressam mais, e com mais detalhe, relativamente a estas questões. São, de facto, atores políticos emergentes que devem ser tidos em conta, na medida em que vivem e conceptualizam a cidadania para além da referência à maioria (Torney-Purta et al., 2001). Numa fase tão relevante do desenvolvimento e formação (Delli Carpini & Keeter, 1996), a escola assume-se como contexto fundamental de socialização política juvenil. Assim, estes resultados trazem contributos importantes para a instituição escolar se repensar enquanto contexto de criação intencional de espaços e tempos para a discussão política, considerando a evidente disponibilidade dos/as jovens nesse sentido, nomeadamente durante a adolescência. O confronto entre diferentes pontos de vista, o acesso a mais informação (e sua avaliação crítica), bem como a ligação entre as experiências e conhecimentos adquiridos fora da escola são elementos que podem ser promovidos e enquadrados pela instituição escolar. Num momento em que a política é um assunto efervescente, o evitamento da politização do espaço escolar é desadequado.

Os/as jovens portugueses/as mostram-se ativos/as na reivindicação do direito a serem ouvidos/as e na demanda de condições sociais e económicas que permitam projetos de vida sustentáveis e previsíveis. A noção de cidadania patente nos seus discursos revela aprendizagens importantes de responsabilização e de relação com os outros, aquilo a que Delanty (2003) chamaria de cidadania cultural, convocando esta dimensão contextual e relacional da cidadania. Uma conjuntura económica, social e política particularmente exigente traça o contexto no qual os/as jovens (dentro e fora da escola) integram o processo de aprendizagem da cidadania democrática. Considerando-se as faixas etárias envolvidas neste estudo, os resultados mostraram que estes/as jovens/as revelam grande conhecimento e compreensão do mundo, bem como uma atitude crítica relativamente ao que (lhes) acontece. São cidadãos/ãs, ativos/as, que, em vários casos, demonstram um pensamento político sofisticado. Vale a pena reconhecer que há diferentes modos de participar cívica e politicamente e que a falta de envolvimento em processos políticos convencionais pode significar uma tomada de posição consciente e de contestação.

Agradecimento: *Este trabalho foi apoiado por fundos nacionais, através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (FCT), e pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Operacional do Capital Humano (POCH) do Portugal 2020 (bolsa de doutoramento com a ref. SFRH/BD/92113/2012).*

Correspondência: *CIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Rua Alfredo Allen, 4200-135 Porto – Portugal
E-mail: carlalmeyda@fpce.up.pt, imenezes@fpce.up.pt, tiago@fpce.up.pt*

Referências bibliográficas

- Afonso, Almerindo J. (1992). A sociologia da educação não-escolar: Reactualizar um objecto ou construir uma nova problemática?. In António J. Esteves & Stephen R. Stoer (Eds.), *A sociologia na escola: Professores, educação e desenvolvimento* (pp. 81-96). Porto: Edições Afrontamento.
- Allen, Martin, & Ainley, Patrick (2011). *Lost generation? New strategies for youth and education*. London: Continuum Publishing Corporation.
- Augusto, Nuno Miguel (2008). A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, 155-177.
- Bauman, Zygmunt (2000). *Liquid modernity*. Cambridge: Polity.
- Baumgarten, Britta (2013). *Geração à rasca and beyond: Mobilizations in Portugal after 12 March 2011*. *Current Sociology*, 61(4), 457-473.
- Beck, Dinah Quesada, Henning, Paula Corrêa, & Vieira, Virgínia Tavares (2014). Consumo e cultura: Modos de ser e viver a contemporaneidade. *Educação, Sociedade & Culturas*, 42, 87-109.
- Beck, Ulrich (2005). *Risk society: Towards a new modernity*. London: Sage Publications.
- Benedicto, Jorge, & Morán, María Luz (2002). *La construcción de una ciudadanía activa entre los jóvenes*. Madrid: Instituto de la Juventud.
- Berrefjord, Stine (2005). New contexts for youth participation: Integrating youth theory, policy and practice in Norway. In Joerg Forbrig (Ed.), *Revisiting youth political participation: Challenges for research and democratic practice in Europe* (pp. 103-110). Strasbourg: Council of Europe Publishing.
- Biesta, Geert (2011). *Learning democracy in school and society: Education, lifelong learning and the politics of citizenship*. Rotterdam: Sense Publishers.
- Bourdieu, Pierre (2010). *A distinção: Uma crítica social da faculdade do juízo*. Lisboa: Edições 70. (Original work published 1979)
- Brennan, Paul, & Silman, Alan (1992). Statistical methods for assessing observer variability in clinical measures. *British Medical Journal*, 304, 1491-1494.
- Carmo, Renato Miguel, & Costa, António Firmino (2015). *Desigualdades em questão. Análises e problemáticas*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Castells, Manuel (2012). *Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet Era*. Cambridge: Polity Press.
- Champeix, Claire (2010). What future for social protection after the crisis?. In *Can Europe rise to the challenge?: EU policy responses to the global crisis* (pp. 40-46). Brussels: Heinrich-Böll-Stiftung.
- Cohen, Jacob (1960). A coefficient of agreement for nominal scales. *Educational and Psychological Measurement*, 20(1), 37-46.
- Cruz, Manuel Braga (1985). A participação política da juventude em Portugal. *Análise Social*, XXI, 1067-1088.
- Delanty, Gerard (2003). Citizenship as a learning process: Disciplinary citizenship versus cultural citizenship. *International Journal of Lifelong Education*, 22(6), 597-605.
- Delli Carpini, Michael X., & Keeter, Scott (1996). *What Americans know about politics and why it matters*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Dewey, John (1916). *Democracy and education*. New York: The Macmillan Company.

- Docquier, Frédéric, & Rapoport, Hillel (2011). *Globalization, brain drain and development*. Retrieved from <http://ftp.iza.org/dp5590.pdf>
- Ekman, Joakim, & Amna, Eriĳ (2012). Political participation and civic engagement: Towards a new typology. *Human Affairs*, 22, 283-300.
- Erikson, Erik H. (1968). *Identity, youth and crisis*. New York: W. W. Norton.
- Esping-Andersen, Gosta (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Oxford: Polity.
- Estanque, Elísio, Costa, Hermes Augusto, & Soeiro, José (2013). The new global cycle of protest and the Portuguese case. *Journal of Social Science Education*, 12(1), 1-10.
- Ferreira, Pedro D. (2011). Learning democracy in school and society [Review of the book *Learning democracy in school and society: Education, lifelong learning and the politics of citizenship*, by Gert Biesta]. *Educação, Sociedade & Culturas*, 34, 157-165.
- Forbrig, Joerg (2005). *Revisiting youth political participation: Challenges for research and democratic practice in Europe*. Strasbourg: Council of Europe Publishing.
- Furlong, Andy, & Cartmel, Fred (2007). *Young people and social change: New perspectives*. Maidenhead: McGraw-Hill/Open University Press .
- Gamson, William A. (1992). *Talking politics*. New York: Cambridge University Press.
- Giddens, Anthony (1991). *Modernity and self-identity: Self and society in the late modern age*. Cambridge: Polity Press.
- Harris, Anita, Wyn, Johanna, & Younes, Salem (2010). Beyond apathetic or activist youth: «Ordinary» young people and contemporary forms of participation. *Young, Nordic Journal of Youth Research*, 18(1), 9-32.
- Henn, Matt, Weinstein, Mark, & Wring, Dominic (2002). A generation apart? Youth and political participation in Britain. *British Journal of Politics and International Relation*, 4(2), 167-192.
- Inglehart, Ronald (1997). *Modernization and postmodernization: Cultural, economic and political change in forty-three societies*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- International Trade Union Confederation (ITUC). (2012). *The social crisis behind the economic crisis: The millions of young people unemployed* (ITUC Report). Brussels: ITUC.
- Lawy, Robert, & Biesta, Gert (2006). Citizenship-as-practice: The educational implications of an inclusive and relational understanding of citizenship. *British Journal of Educational Studies*, 54(1), 34-50.
- Lima, Jorge Ávila (2013). Por uma análise de conteúdo mais fiável. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 47(1), 7-29.
- Magalhães, Pedro, & Sanz Moral, Jesus (2008). *Os jovens e a política: Um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa/CESOP.
- Menezes, Isabel (2007). *Participação cívica e política* (Provas de agregação em Ciências da Educação). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Menezes, Isabel, Ribeiro, Norberto, Fernandes-Jesus, Maria, Malafaia, Carla, & Ferreira, Pedro D. (2012). *Agência e participação cívica e política: Jovens e imigrantes na construção da democracia*. Porto: Livpsic.
- Norris, Pippa (2002). *Democratic phoenix: Reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- OECD (2015). *Employment outlook*. Paris: OECD Publishing.
- Pais, José Machado (2005). Jovens e cidadania. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 53-70.

- Pais, José Machado (2006). Buscas de si: Expressividades e identidades juvenis. In Maria Isabel Almeida & Fernanda Eugénio (Eds.), *Culturas jovens: Mapas de afeto* (pp. 7-24). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Pais, José Machado (2007). Cotidiano e reflexividade: Educação e sociedade. *Educação e Sociedade*, 98, 23-46.
- Pinto, António Costa, Magalhães Pedro, de Sousa, Luís, & Gorbunova, Ekaterina (2012, January). *A qualidade da democracia em Portugal: A perspectiva dos cidadãos*. Paper presented to the workshop The Quality of Democracy in Hard Times, ICS-UL, Lisbon, Portugal.
- Putnam, Robert D. (2000) *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. New York: Oxford University Press.
- Rose, Nikolas (1989). *Governing the soul: The shaping of the private self*. London: Routledge.
- Santos, Bovantura Sousa (2011). *Portugal: Ensaio contra a autoflagelação*. Coimbra: Almedina.
- Sherrod, Lonnie R., Flanagan, Constance, & Youniss, James (2002). Dimensions of citizenship and opportunities for youth development. *Applied Developmental Science*, 6(4), 264-272.
- Sinnott, Richard, & Lyons, Pat (2003). *Democratic participation and political communication in systems of multi-level governance*. Retrieved from <http://www.ucd.ie/dempart/workingpapers/stateofheart.pdf>
- Spannring, Reingard, Ogris, Günther, & Gaiser, Wolfgang (2008). *Youth and political participation in Europe: Results of the comparative study EUYOUPART*. Opladen: Barbara Budrich Publishers.
- Teorell, Jan, Torcal, Mariano, & Montero, José Ramón (2007). Political participation: Mapping the terrain. In Jan Van Deth, José Ramón Montero, & Anders Westholm (Eds.), *Citizenship and involvement in European democracies: A comparative analysis* (pp. 358-383). London and New York: Routledge.
- Torney-Purta, Judith et al. (2001). *Citizenship and education in twenty-eight countries: Civic knowledge and engagement at age fourteen*. Amsterdam: IEA.
- Van Dijk, Teun (2002). A political discourse and political cognition. In Paul Chilton & Christina Schaffner (Eds.), *Politics as text and talk: Analytic approaches to political discourse* (pp. 203-237). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Pub. Co.
- Verba, Sidney, Schlozman, Kay Lehman, & Brady, Henry (2002). *Voice and equality: Civic voluntarism in American politics*. Harvard: University Press.